

FENAE AGORA - edição 17 - ano 2 - n.º 5 - julho de 1999 - distribuição gratuita

# AGORA

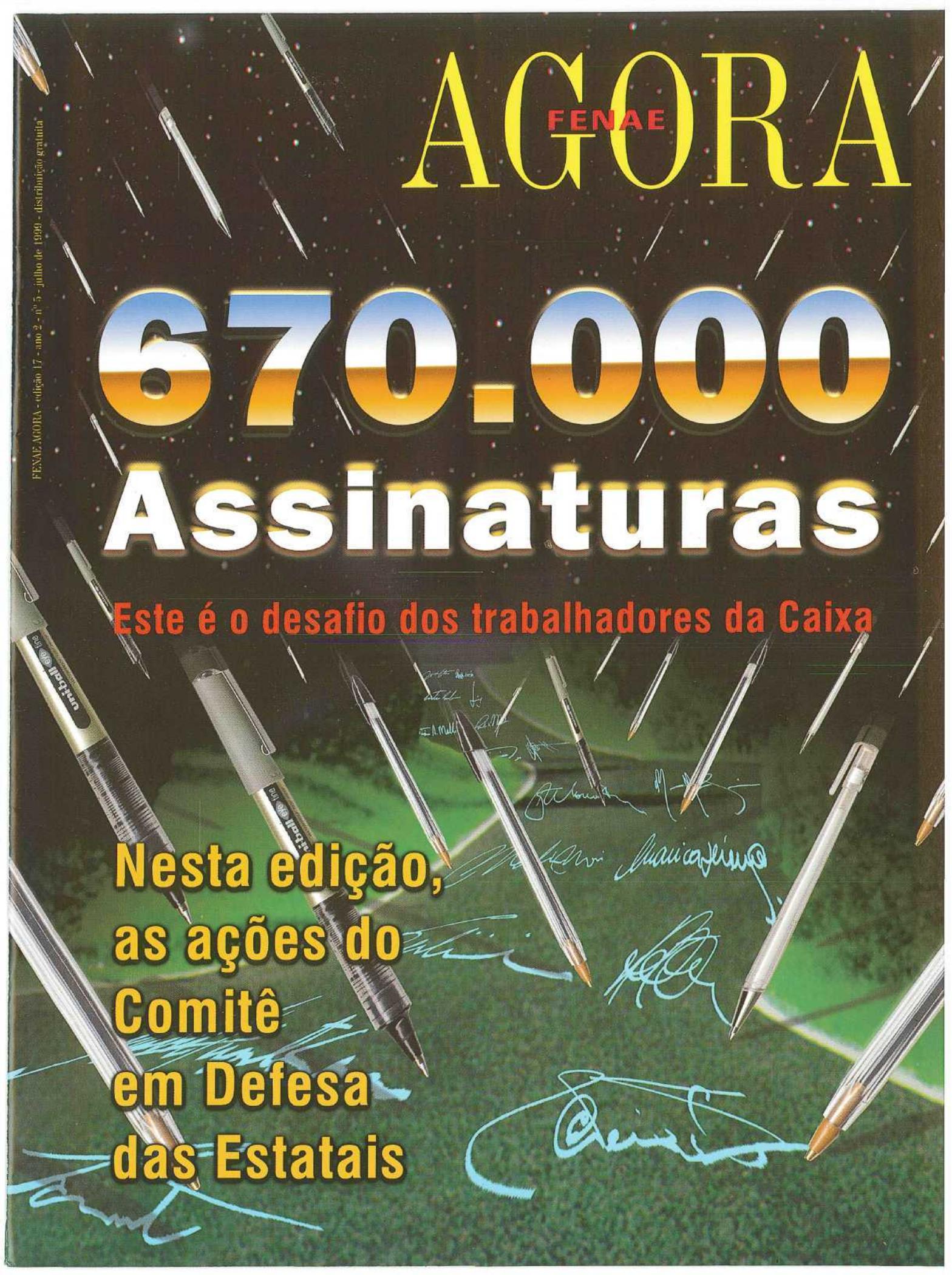
FENAE

# 670.000

# Assinaturas

Este é o desafio dos trabalhadores da Caixa

Nesta edição,  
as ações do  
Comitê  
em Defesa  
das Estatais



# CAIXA



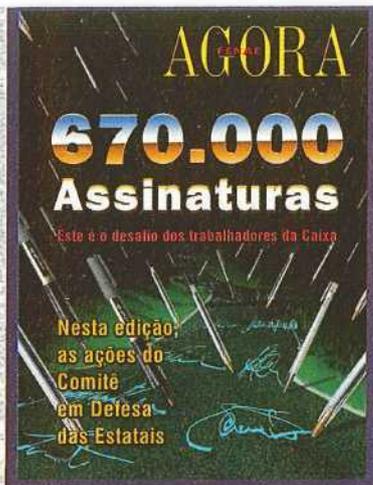
Defenda a CAIXA você também

## XV CONECEF

São Paulo, 22 a 24 de julho de 1999

Comissão Executiva dos Empregados da CEF

Apoio: FENAE - Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF



**Capa:** Cresce na sociedade a oposição à proposta de privatizar a Caixa e outras empresas públicas

Pág. 8

# AGORA

FENAE

- 7 Contra a submissão da mídia, a opinião pública condena FHC
- 19 Empregados da Caixa decidem o futuro de seu fundo de pensão
- 23 Biondi municia a oposição contra as privatizações do governo
- 24 Nunca saiu de moda criticar o Judiciário no Congresso Nacional
- 25 Os desafios de educar estão presentes na geração do rock
- 28 A história de quem passou a vida denunciando os erros do Brasil
- 29 Tárik fala sobre a ressurreição da obra de Chiquinha Gonzaga
- 30 Gênero plural por excelência, a música de coral une estilo e técnica
- 34 Belém é a soma de cores, cheiros e sabores sem igual no mundo



Os parques nacionais sofrem pela carência de fiscais e de recursos

Pág. 36



Habilidade e controle são os requisitos da sinuca e dos "parentes" do bilhar

Pág. 32

**Administração e redação:**

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,  
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901  
Telefone: (061) 323-7516  
Fax: (061) 325-6057  
Homepage: www.fenae.org.br  
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br

**Diretoria Executiva**

Presidente:  
Carlos Borges  
Vice-Presidente:  
José Carlos Alonso  
Diretor Financeiro:  
José Durval Reis  
Diretor de Relações no Trabalho:  
Antônio Braulio de Carvalho  
Diretor Administrativo:  
Pedro Eugênio Leite  
Diretor de Esportes:  
Jorge Peixoto de Mattos  
Diretor Cultural:  
Maria Aparecida Almeida  
Diretor Emérito:  
Orlando César  
Diretor Primeiro Suplente:  
Vaumik Ribeiro da Silva  
Diretora Segunda Suplente  
Erika Kokay

**Conselho Fiscal**

Ozair Cataldi  
Bernardete de Aquino  
Francisca de Assis Silva

**Suplentes**

Jorge Cruz Marçal  
Francisco Astrogildo Cruz  
José Marcos de Almeida Costa

**Conselho Deliberativo Nacional**

Presidente: Valmir Gongora  
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello  
Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

**Editor:** Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

**Redação:** Antônio José, Evandro Peixoto e

Marcio Achilles Sardi

**Colaboradores:** Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,

Tárik de Souza e Adacir Reis

**Diagramação:** Hélder Narde

**Ilustração:** Lisarb

**Impressão:** Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares  
comprovada por PRICEWATERHOUSECOOPERS  
cuja carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos  
seus autores. As matérias podem ser reproduzidas,  
desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

## "Defenda o Brasil você também"

**“U**m delito de natureza pública, contra a sociedade”. Assim Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), classifica de maneira acertada o Programa Nacional de Desestatização (PND) levado adiante pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que com isso submete a interesses privados os interesses do país e de sua política econômica.

Com o processo de privatização de empresas públicas na ordem do dia, os empregados da Caixa, BB, BNB, Basa, Banespa, Petrobras e Correios enfrentam o mais árduo desafio da história republicana do Brasil. Mas para barrar a premissa de lesa-pátria, como se configura a entrega do patrimônio público ao capital especulativo nacional e estrangeiro, a reação começa a vir de todos os lados.

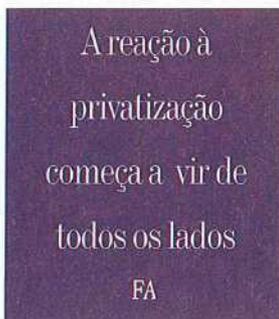
Desde janeiro deste ano, os trabalhadores das estatais ameaçadas têm impulsionado um movimento de mobilização contra esse golpe à soberania nacional. No âmbito da Caixa, o Comitê Nacional em Defesa da empresa está na linha de frente da campanha para manter a Caixa Econômica Federal como banco múltiplo.

A implantação na FUNCEF do REB, que tem por objetivo substituir o sistema de benefício definido para contribuição definida, é outro destaque desta nossa edição. Mudança essa que contraria os interesses dos empregados da Caixa, buscando adaptar o Plano de Benefício da fundação às exigências da iniciativa privada. O absurdo de medidas como essa é não levar em conta que o patrimônio da FUNCEF é de seus associados. Fica daí a certeza de que a democratização é o único caminho para

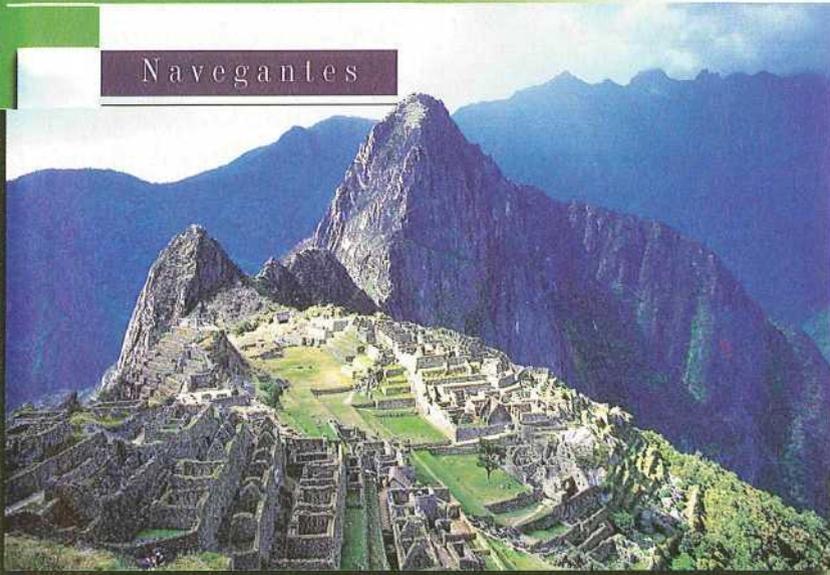
tornar este fundo de pensão efetivamente transparente.

A trajetória de Betinho, âncora da cidadania no Brasil, também é retratado. na seção "Nossos Personagens". Outros assuntos desta edição empolgam pelo

inusitado: música de coral, sinuca e mudança nas relações entre pais e filhos. No item turismo, o foco é "a capital da Amazônia": Belém do Pará, com suas atrações exóticas como o mercado Ver-o-Peso, o horário da chuva e o Círio de Nazaré, por sinal, a maior festa do catolicismo brasileiro. Natureza, aliás, é o forte dos parques nacionais. A conservação desses santuários ecológicos, além de necessária, é a prova de que o pulmão Brasil funciona na mais perfeita ordem.



## Navegantes



## Pelo centro da terra

*São Tomé das Letras, em Minas Gerais, não é cidade-irmã de Macchu Pichu, no Peru, mas ambas estão ligadas umbilicalmente. Ao menos se estiver certa a lenda de que há um túnel que, iniciando-se na caverna do Carimbados, vai até o Peru. A história é explorada pelo escritor Luiz Galdino em "O túnel do fim do mundo" - cujo resumo é encontrado em <http://www.fid.com.br/litjuv/ficcao/otunelhtm>. Diz-se que uma companhia do Exército andou 28 quilômetros caverna adentro e não chegou a seu final. No livro, um grupo de adolescentes desaparece por mais de um ano e encontra seres estranhos e cidades perdidas.*

## Defesa na rede

A defesa da Caixa e das demais instituições públicas ainda ameaçadas de privatização começa a tomar conta das ruas. E também do mundo virtual. A partir da página da FENAE, por exemplo, é possível acessar o site específico em defesa da Caixa Econômica Federal. Confira e participe!

## MUNDO de negócios

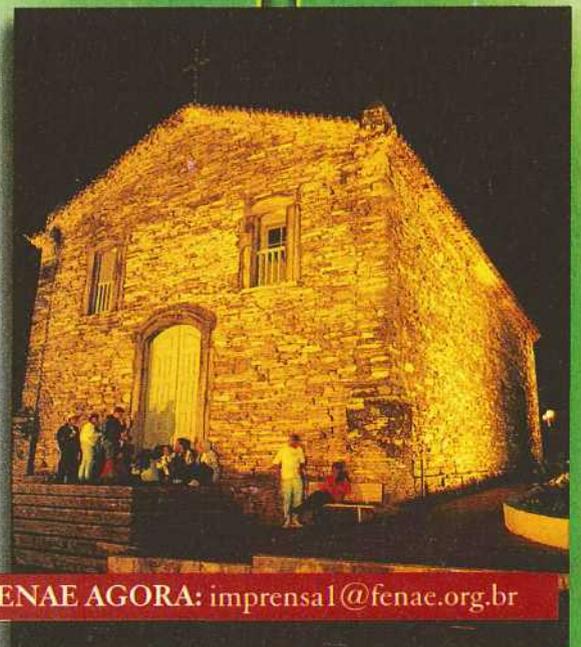
Profissionais de marketing e interessados em geral encontram em [www.planetamarketing.com.br](http://www.planetamarketing.com.br) informações completas sobre o assunto. O site se propõe a ser "um amplo programa de melhoria empresarial e aperfeiçoamento profissional em marketing e negócios".

# Apocalipse

Já chegou-se a pensar seriamente que o mundo estava por acabar. Uma dessas ocasiões foi durante a Idade Média, quando a peste negra dizimou um terço da população européia entre 1346 e 1352. Segundo os pobres, era a ira de Deus a cair sobre os homens. Para os sábios, o bacilo *Pasturella pestis* (descoberto 550 anos depois) tornou-se de inócuo a virulento por uma infeliz conjunção de Saturno, Júpiter e Marte no 40º grau de Aquário. A peste bubônica vinda do leste europeu tem sua história dissecada em [www.geocities.com/Athens/Delphi/2983/pandemia.htm](http://www.geocities.com/Athens/Delphi/2983/pandemia.htm).

## Progressão geométrica

Segundo a Computer Industry Almanac ([www.cia.com](http://www.cia.com)), já existem 147 milhões de pessoas conectadas à Internet. O crescimento será igualmente espantoso, vindo principalmente da América Latina e Ásia: 320 milhões; até o final de 2000 e 720 milhões em 2005. Hoje, o Brasil tem 2,5 milhões de usuários. Assim, não está entre os 15 maiores centros da web. Mas deve estar entre os 10 já em 2001.



FENAE AGORA: [imprensa1@fenae.org.br](mailto:imprensa1@fenae.org.br)

## DOS LEITORES

### "Navegantes"

Venho acompanhando a revista FENAE AGORA, a qual parabeno toda a equipe responsável por essa publicação. Gosto em especial da seção "Navegantes", uma vez que tenho muito interesse pela Internet e até coloquei neste espaço um site sobre a maçonaria, no seguinte endereço: [www.netgo.com.br/abel/index.html](http://www.netgo.com.br/abel/index.html), o qual dentro da possibilidade gostaria de ver publicado nessa revista.

Abel Tolentino  
Goiânia (GO)

### Traslado

Recebi a revista FENAE AGORA, a qual agradeço e aproveito para fazer uma retificação. Em publicidade veiculada na quarta capa da empresa do grupo FENAE (Fenaetur) sobre excursão ao Pantanal, onde se lê pacote inclui: está escrito incorretamente traslado, visto o certo ser traslado (s.m): transporte de pessoas, ato ou efeito de trasladar. Trasladar: (v.t-rei) transferir, mudar de um lugar para outro... Traslado: transporte de fêretro, morto...

Não sou jornalista nem tampouco professor de português, mas um diretor comercial que não gostaria de ver uma publicidade de algum cliente nosso ser veiculada de forma errada.

Maurício Meneses  
E-mail (localidade desconhecida)

### PREVHAB

É com grande satisfação que escrevo para a seção "Dos Leitores" desta conceituada revista que, mensalmente, já se tornou uma leitura obrigatória em minha residência. Como ex-funcionário do BNH, gostaria de ler uma reportagem sobre a transferência da PREVHAB para a FUNCEF.

Sugiro que seja feita matéria neste sentido, para que os funcionários diretamente envolvidos possam se decidir com mais acerto e tendo seus direitos resguardados. Ambas as entidades já citadas (PREVHAB e FUNCEF) até agora não conseguiram dirimir as dúvidas dos seus associados.

Jairo Damasceno da Silva  
Rio de Janeiro (RJ)

NR - O tema da transferência dos associados da PREVHAB para a FUNCEF tem sido abordado, com a devida frequência, por publicações da

FENAE. Até jornais específicos sobre PRE-VHAB x FUNCEF foram editados, com o objetivo de debater o assunto com os empregados da Caixa Econômica Federal de todo Brasil.

### Independência

Acompanho FENAE AGORA desde os seus primeiros exemplares e nela encontramos matérias de excelentes conteúdos e de interesse público. O pessoal da Caixa Econômica Federal está de parabéns por editar um instrumento de comunicação que não tem conchavos com governo nenhum. FENAE AGORA é independente e seu compromisso é com a verdade.

Sou dirigente da CUT de Mato Grosso e estudante de jornalismo da Faculdade de Comunicação Social de Várzea Grande, município vizinho a Cuiabá, a capital. Recebi na sede da CUT-MT um exemplar da edição de maio da revista FENAE AGORA sobre os meios de comunicação, o qual pretendo divulgar entre os demais colegas de faculdade.

Nivaldo Queiroz  
Várzea Grande (MT)

### Polêmica

Quero agradecer aos diretores da FENAE pela revista FENAE AGORA. As edições de janeiro e fevereiro colocaram-nos dois assuntos de importância e valia: a questão da indústria da violência e a opção educacional. Com isso o papel de vocês passa a ser importante, no instante em que assuntos polêmicos e de interesse da sociedade brasileira são colocados com riqueza de informações e detalhes.

O sistema vigente hoje no mundo e em nosso país está falido. A dignidade, o respeito e a ética foram abandonados pelos nossos representantes, prevalecendo a impunidade para quem tem o poder do dinheiro e do tráfico de influências. Em um país onde a educação e a saúde foram abandonadas nestas últimas décadas, não precisamos mais avaliar as outras áreas, as quais também estão falidas. Precisamos unir esforços em um compromisso único: criar um projeto de vida para a nossa juventude e comunidade, libertando-nos dessa modernidade de globalização que não tem olhos para o social.

Frederico Pearls já dizia em 1960: "Uni-vos humanistas e pacifistas, pois os fascistas já são em

maior número e estão administrando o planeta". Isso confirma-se hoje com a truculência, a violência e a corrupção vigentes.

Aníbal Moreira Borges  
Presidente da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil em Uberlândia e Região  
Uberlândia (MG)

### Pertinência

Leitor dessa revista desde o seu primeiro número, venho parabenizá-los pela matéria intitulada "O conluio entre o quarto poder e a elite", veiculada na edição de maio último. Pertinente o alerta para a "contrapartida de propaganda oficial a que somos submetidos todos os dias pelos jornais que se auto intitulam isentos, mas não o são".

E o exemplo vivo disso está naquele próprio mimem dessa revista, em que 75% da propaganda veiculada é da Caixa Econômica Federal (institucional ou de seus produtos). Que tal buscar patrocinadores e ser independente de verdade?

Jurandir Maia  
Vitória (ES)

NR - Não corresponde à realidade a informação de que 75% da propaganda veiculada na revista FENAE AGORA provenha da Caixa. A publicidade da SASSE é devidamente paga, como a de qualquer empresa que queira anunciar seu produto nas páginas da revista. Além do mais, 1% das ações da SASSE é de propriedade da FENAE. As outras empresas que veiculam propaganda na revista FENAE AGORA fazem parte do grupo FENAE.

### Informação

Sou membro da Pastoral Operária do Espírito Santo e a revista FENAE AGORA pode ser de grande valor informativo e de pesquisa para o nosso trabalho. Tomei conhecimento da revista através de um amigo de Montes Claros (MG) e, de cara, gostei muito.

Júlio César Gomes Barreto  
Meaípe (ES)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).



# A cara do governo

■ Janio de Freitas

O fator que determina, preliminarmente, as qualidades de um governo não é de ordem administrativa nem política, mas apenas pessoal. E o caráter dos governantes é, mais decisivamente, do chefe do governo. Tudo, reflexo e desdobramento desse fator.

No governo sob comando sério, a ação administrativa pode ser insatisfatória, mas nem assim produzir o clima de indignação, desesperança e infelicidade nacional, essa desgraça que os países latino-americanos conhecem bem. Neste sentido, os povos como que intuem os propósitos subjacentes às ações dos governantes. E não é outro o objetivo dos gastos com propaganda, nos governos conduzidos por más ambições, senão o de iludir ou retardar aquela percepção intuitiva. Não fosse esse o objetivo, não haveria por que os tantos artifícios e gastos para favorecer a imagem do governante e o conceito do governo na opinião pública.

Os níveis municipal, estadual e federal são mananciais inesgotáveis de exemplos da relação entre as características, éticas e morais do governante e as características do seu governo. Poucos desses exemplos bastam aos fins dessa argumentação aqui posta.

Ao governo de Collor, que dispensa qualificações, seguiu-se o governo de Itamar Franco. De um para o outro, o país e seus problemas eram os mesmos, a composição do Congresso continuara a mesma. Ainda assim, nada mais diferente, em termos governamentais, do que



aqueles dois períodos.

Itamar Franco enfrentou, desde o primeiro dia, uma hostilidade gratuita e espantosa por parte dos meios de comunicação, em contraste com o apoio incondicional dado a Collor até, que, já na reta final, manter esse apoio seria mais escandaloso do que os escândalos do próprio collorismo. Mas nem a hostilidade conseguiu descobrir um motivo, um que fosse, para produzir a tão procurada demolição pessoal de Itamar Franco. O resultado foi que o governo, sem gastar um centavo em propaganda, se impôs ao respeito da opinião pública.

Ao governo de Itamar Franco, que entre outros feitos teve a coragem de bancar o complexo plano da URV e do real, seguiu-se o de Fernando Henrique Cardoso. Nem a unanimidade dos meios de comunicação pró-Collor se aproxima do que jornais, TVs, revistas e rádios deram (e dão) a Fernando Henrique, e ne-

garam aos cidadãos. Nunca em nossa história, exceto só o período mais sórdido da ditadura militar, a Câmara e o Senado foram tão serviçais e submissos ao Executivo quanto o têm sido a Fernando Henrique. Nunca um governante gastou tanto tempo e dinheiro para propalar uma certa imagem pessoal; nem jamais algum outro exigiu tanto, nesse propósito, dos meios de comunicação. Claro: nunca a propaganda foi tão necessária, pelos motivos que ali atrás explicaram o que a faz necessária.

Apesar disso tudo, as pesquisas demonstram que os iludidos pelo comprometimento dos meios de comunicação e pela propaganda já deixaram de sê-lo, quase todos. À custa de tantos escândalos não apurados, de tanta dilapidação do patrimônio público, de tantos bodes-expiatórios como os funcionários, as estatais, a crise na Rússia e tudo o mais que não possa responder às acusações.

A percepção intuitiva da opinião pública foi mais forte do que o empenho para impedi-la ou reduzi-la. E pode-se esperar que Fernando Henrique se dê conta desta realidade e busque um novo modo de presidência e de governo? Seria esperar muito, e por muito tempo, três anos e meio. Porque todo governo e, será sempre, o reflexo e o desdobramento da índole do governante.

Janio de Freitas,  
jornalista



Capa

# Começo em defe



# a a reação esa da Caixa

■ *Evandro Peixoto*

*Evandro Peixoto*

**A** criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa, reunindo as oito entidades ligadas aos empregados, e de comitês estaduais por todo o país, mostra a nossa disposição de fortalecer a empresa e barrar o ataque desferido pelo FMI, com apoio do governo federal. Nesta edição, publicamos as principais ações da reação dos empregados, que agora precisa contar com a sua participação, colhendo assinaturas através do abaixo-assinado das páginas 17 e 18

**O**s trabalhadores da Caixa Econômica Federal enfrentam atualmente o mais árduo desafio da história da instituição.

**O**s trabalhadores da Caixa Econômica Federal enfrentam atualmente o mais árduo desafio da história da instituição.

Os empregados lutam para livrá-la do destino que vem sendo dado às estatais e a todo o patrimônio público pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Não medem esforços para a construção de um amplo movimento contra a privatização da empresa e mesmo a sua transformação em "agência de desenvolvimento" ou "banco de segunda linha", o que implicaria em desmontar, sobretudo, a estrutura e a inteligência que lhe dão sustentação no segmento comercial.

A reação dos empregados da Caixa foi impulsionada a partir de janeiro deste ano, quando o governo deu sinais claros de que está disposto a ir até o fim na entrega do que resta do patrimônio público nacional, em atenção às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). A ameaça é a mesma que paira sobre os demais bancos públicos federais - Banco do Brasil, Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (Basa), Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e outros bancos estaduais federalizados, e também sobre a Petrobras e os Correios.

Em reunião com banqueiros internacionais, ocorrida em Paris, na presença dos ministros Pedro Malan (Fazenda) e Paulo Paiva (Planejamento e Orçamento), e também do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, aproveitou para informar que já estaria



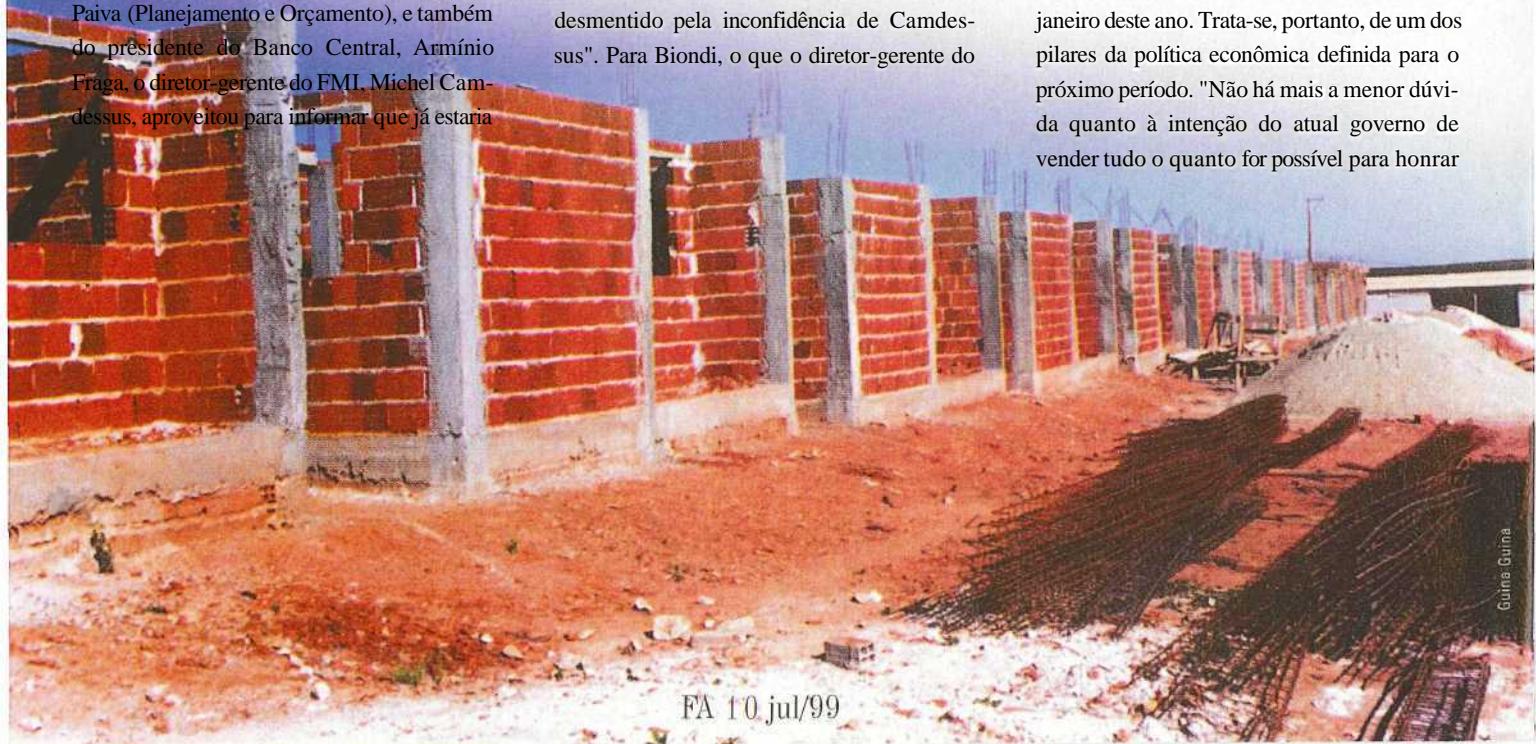
Érika Kokay e Carlos Borges (à esq.), diretores da FENAE, estiveram com o ex-governador do DF, Cristóvão

acertada a privatização do BB e da Caixa. Os homens do governo nada comentaram em relação ao que afirmou Camdessus.

No livro "O Brasil privatizado - um balanço do desmonte do Estado", o jornalista Aloysio Biondi, um dos colaboradores de **FENAE AGORA**, lembra que houve uma tentativa, do próprio presidente da República, de negar que estava sendo preparada a privatização do BB e da Caixa, "mas ele foi vexatoriamente desmentido pela inconfidência de Camdessus". Para Biondi, o que o diretor-gerente do

FMI fez foi mostrar aos banqueiros internacionais que "o governo FHC obedece às ordens do Fundo, para convencê-los a restabelecer o crédito ao Brasil".

A decisão de ir fundo no programa de privatizações se insere, como se constata, entre as principais medidas do ajuste fiscal prometido pelo governo brasileiro aos organismos internacionais, para fazer frente à crise do Real que culminou com a desvalorização do câmbio em janeiro deste ano. Trata-se, portanto, de um dos pilares da política econômica definida para o próximo período. "Não há mais a menor dúvida quanto à intenção do atual governo de vender tudo o quanto for possível para honrar





Buarque, que empenhou apoio em defesa da Caixa

os compromissos externos que assumiu; quem ainda duvida disso é ingênuo ou não quer enxergar o que está acontecendo", alerta Erika Kokay, diretora da FENAE e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT).

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, disse ter tido garantia do próprio presidente da República de que o governo não pensa em privatizar a empresa. Mas Fernando Henrique Cardoso foi novamente desmentido. Desta feita, por seus próprios colaboradores, já que foi estabelecido no âmbito do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Federais (Comif) um cronograma para enxugamento de todos os bancos públicos federais. Prevê-se alternativas como "fusões, transformações em agências de desenvolvimento ou banco de segunda linha e busca de parcerias estratégicas", conforme informação dada pelo então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O Comif é coordenado pelo Ministro da Fazenda e conta com participação dos presi-

dentos dos bancos federais.

O que realmente vai acontecer com os bancos oficiais dependerá de estudos encomendados a uma consultoria, cuja contratação é o primeiro passo do cronograma do Comitê. Caso a conclusão seja pela privatização, o governo pretende concluir todo o processo até o final do próximo ano. O edital para contratação da consultoria foi publicado no dia 16 de abril. Uma pré-seleção aconteceu no dia oito de junho, tendo sido classificados os consórcios liderados pelas empresas McKinsey, A.T. Kearney e Booz Alley, todas estrangeiras. Houve recurso por parte de um dos consórcios desqualificados, o que impediu a abertura de envelopes prevista para 22 de junho. Até o fechamento desta edição, a nova data para a habilitação técnica ainda não havia sido definida. De qualquer forma, a contratação da consultoria tem prazo até o dia 16 de agosto para ser efetivada.

Pelo calendário, a consultoria deve apresentar um diagnóstico da situação atual dos bancos oficiais até 15 de outubro e produzir um relatório conclusivo de alternativas de modelo para os bancos oficiais até 16 de novembro.

A partir daí devem se dar os passos mais críticos desse processo, coincidindo com os momentos de maior dispersão da sociedade e de esvaziamento do Congresso, conforme observa o sempre atento deputado José Pimentel (PT-CE). Para Pimentel, o governo vai aproveitar o recesso parlamentar (15/12 a 15/02) e as festividades que vão do Natal ao Carnaval, passando pelo Ano Novo, "período em que a sociedade se desliga por completo de política", para poder decidir o futuro dos bancos federais. "Foi assim

que Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar a emenda da reeleição e, no início deste ano, promoveu a desvalorização do Real, premiando os especuladores".

Pelo cronograma, em 29 de novembro o Comif aprova o modelo e, no dia 10 de dezembro, apresenta o seu relatório.

As audiências públicas estão previstas para o período de 13 de dezembro a 31 de janeiro de 2000.

A data para se chegar ao relatório com o detalhamento de modelo para os bancos públicos é também 31 janeiro. Em seguida vem a divulgação do relatório com as estratégias para

O novo modelo  
dos bancos  
estará pronto  
no final do ano

FA

## Biondi: Caixa foi usada para aumentar lucro dos bancos

No capítulo sobre os bancos estatais, do livro "O Brasil privatizado", subtítulo 'A CEF, uma lixeira', o jornalista Aloysio Biondi lembra que a Caixa Econômica Federal foi utilizada, ao longo dos anos, para resolver problemas que eventualmente afetassem a economia. "Uma utilização muitas vezes de interesse da sociedade, mas que, inevitavelmente, reduzia a lucratividade da instituição".

No governo FHC, segundo o autor, a instrumentalização da Caixa é mantida, mas com uma finalidade nova: "a CEF tem sido utilizada para aumentar os lucros dos bancos privados, vergonhosamente obrigada a 'engolir' bilhões e bilhões de prejuízos que, na prática, seriam dos banqueiros".

Como exemplos, são citadas as aquisições das carteiras imobiliárias dos bancos Econômico e Bamerindus. Só a do Econômico saiu por R\$ 1,7 bilhão. Na opinião do jornalista, ao assumir contratos de financiamentos da casa própria concedidos por esses bancos, "a Caixa já estava sendo usada para 'engolir' negócios 'podres', com alto nível de inadimplência ou empréstimos que nunca seriam pagos, de bancos que quebraram".

Mas o pior, diz Biondi, é que essa operação virou norma: "a Caixa passou a comprar permanentemente esses ativos 'podres' - inclusive de grandes bancos que são lucrativos, aumentando seus lucros e ficando com os prejuízos... Até empréstimos concedidos pelos bancos, em seus negócios normais - a chamada carteira hipotecária -, foram transferidos para a Caixa, transformada, assim, em imensa lixeira de negócios 'podres', capazes de provocar prejuízos para os bancos privados".

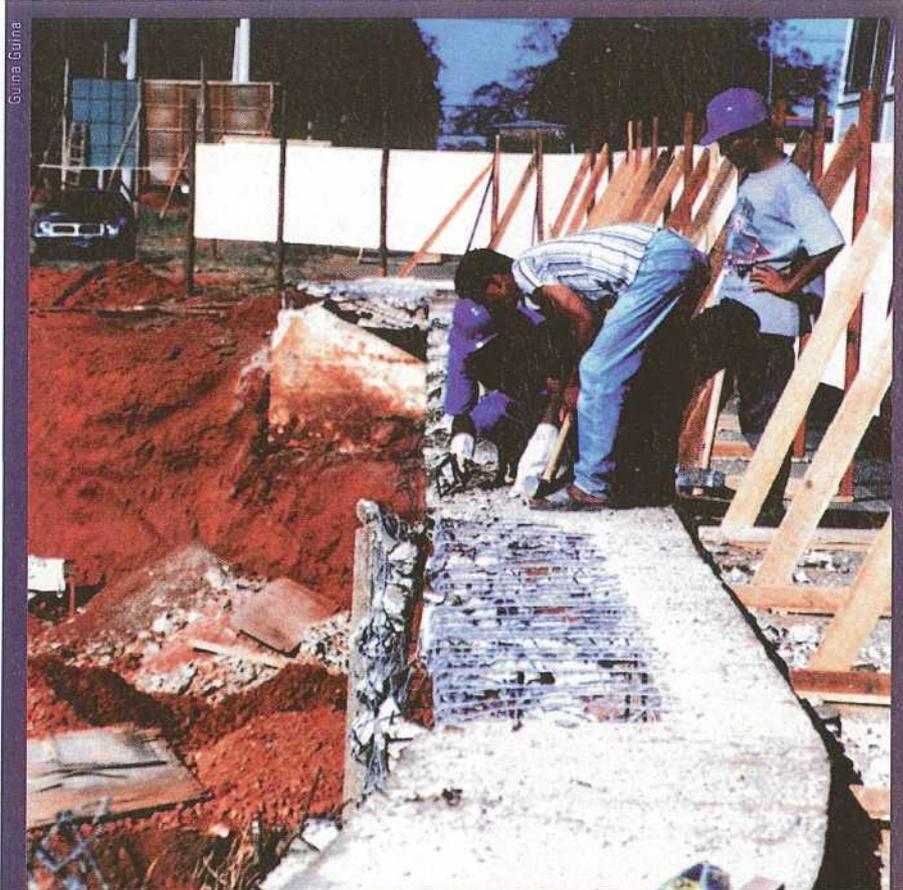
# Em busca de fortalecer as áreas social e comercial

Do ponto de vista do movimento dos empregados da Caixa, a defesa da empresa não se resume ao combate à privatização pura e simples. Está colocado também o risco de a instituição vir a ser transformada em "banco de segunda linha", ou em uma "agência de desenvolvimento", com alterações profundas em sua estrutura. Há, inclusive, a idéia de fusão de bancos oficiais, dentro do governo.

A mobilização dos empregados através do Comitê Nacional e dos Comitês Estaduais em Defesa da Caixa se contrapõe, a um só tempo, a todas essas possibilidades, com o mesmo ímpeto e determinação. "A nossa luta é em defesa da instituição que construímos junto com a sociedade brasileira e que tanto tem servido ao país. Na nossa cabeça só cabe a idéia de fortalecê-la, tanto na área social como na comercial", reitera José Carlos Alonso, vice-presidente da FENAE.

As representações dos empregados denunciam uma série de iniciativas da direção da Caixa, que visam promover o "enxugamento" da empresa, preparando-a para os próximos passos a serem determinados pelo governo. É o caso da terceirização de serviços, que vem sendo ampliada a cada dia que passa. Já atinge praticamente todas as setores: controle dos contratos habitacionais, cobrança, execução extra-judicial, cartão de crédito, compensação, retarda e processamento do FGTS - prova de que não é mais limitada a atividades de apoio, mas diz respeito a atividades fins do banco.

"Podemos citar ainda a implantação do novo PCS, o fim da estabilidade, as mudanças no Crédito Educativo, o retrocesso na política de saúde..., todas medidas ao gosto dos defensores da privatização", critica Alonso.



Os financiamentos habitacionais do país são feitos quase que exclusivamente pela Caixa

implantação do modelo (29/2), a discussão e aprovação de atos normativos (de 1/3 a 30/06) e, por fim, o período de implantação do modelo (de 3/7 a 29/12).

José Pimentel quer que o Congresso pressione o Ministério da Fazenda e o Comif, para que a agenda seja prorrogada, de forma que as audiências públicas ocorram após o carnaval, "quando a sociedade volta novamente sua atenção para os problemas nacionais".

**Consultoria** O presidente da FENAE, Carlos Borges, é da opinião de que o estudo da consultoria que está sendo contratada não vai dar em outra coisa que não seja exatamente aquilo que o governo já planeja fazer com os bancos federais. Ele está convicto de que "o rumo dos acontecimentos só poderá ser mudado com uma forte reação de nossa parte. E é isso que estamos buscando construir com a criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa e dos comitês estaduais, fóruns que já existem em praticamente todos os estados".

O Comitê Nacional em Defesa da Caixa foi criado no dia 20 de abril, em Brasília, com a participação de representantes de oito entidades dos empregados da empresa: FENAE

(Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa); FENAG (Federação Nacional dos Gerentes da Caixa); FENACEF (Federação Nacional dos Empregados Aposentados da Caixa); UNEI (União Nacional dos Economiários); ADVOCEF (Associação dos Advogados da Caixa); CEE-CEF (Comissão Executiva dos Empregados da Caixa); DIREP/SASSE (diretor representante dos empregados na SASSE); e DIREP/FUNCEF (diretor representante dos empregados na FUNCEF). A reunião contou ainda com a presença de representante da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT).

O movimento é praticamente inédito. "Pela primeira vez, todas as entidades representativas do movimento dos empregados estão unidas num fórum constituído, com o objetivo de garantir a preservação da empresa como banco público, com atuação nas áreas social e comercial", diz Carlos Borges.

Tanto o Comitê Nacional como os Comitês Estaduais se movimentam por todo o país, procurando envolver na luta em defesa dos bancos públicos e do patrimônio nacional, lideranças partidárias, personalidades, entidades da sociedade civil como OAB, CNBB, ABI, entre outras, e a população em geral.

Direcionam suas ações em busca de apoio no Congresso Nacional, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, prefeituras e governos estaduais.

A organização dos empregados da Caixa em comitês faz parte da estratégia definida pelo Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, composto pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) e por representações de funcionários dos bancos públicos federais - Caixa, Banco do Brasil, Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banespa. Representam a Caixa a FENAE, a FENAG e a CEE-CEF. Este fórum foi criado no dia 18 de maio, em ato realizado na Câmara Federal, com a presença de parlamentares de diversos partidos. Naquele momento, ficou definido que cada banco deveria criar também os seus comitês e tomar iniciativas para o envolvimento da sociedade na mobilização contra o desmonte do Estado e as privatizações do governo FHC.

Estão sendo colhidas assinaturas de parlamentares para uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera o artigo 192, tornando necessária autorização do Congresso para qualquer alteração na composição societária dos bancos federais e de suas subsidiárias. Está-se trabalhando também pela apresentação e aprovação de um Projeto de Lei Ordinária (PLO), que exclui os bancos federais, a Petrobras e os Correios do Programa Nacional de Desestatização (PND).

O Comitê Nacional em Defesa dos Bancos lançou manifesto à sociedade e distribuiu em todo o país cópias de abaixo-assinado em apoio à PEC e ao projeto de lei. A meta é colher um milhão de assinaturas, objetivo que vem sendo perseguido com a realização de atos públicos, reuniões nos locais de trabalho, montagem de barraquinhas em pontos estratégicos e várias outras atividades dos comitês estaduais.

**Café** Dia 16 de junho, foi organizado na Câmara Federal, pelas entidades que compõem o Comitê em Defesa dos Bancos Públicos, um café da manhã que contou com a presença de 50 deputados de prati-

camente todos os partidos com representação no Congresso, inclusive os governistas de maior expressão, como PSDB e PFL. Os deputados assinaram o manifesto de apoio à PEC que altera o artigo 192 da Constituição e ao projeto de lei ordinária, que impõe limites ao PND. Comprometeram-se também com a consolidação de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos. Representantes do PMDB e do PFL disseram, inclusive, que vão intervir em suas bancadas para que as mesmas tomem posicionamento oficial contra a privatização das instituições financeiras públicas.

Referindo-se às privatizações, o deputado Caio Riela (PTB-RS) disse que "está na hora de dar um basta nessa vergonha, nessa falácia, porque estão lesando o nosso patrimônio". Para Edinho Araújo (PMDB-SP), o BB e a Caixa "são instrumentos para gerar desenvolvimento e emprego". O deputado assumiu o compromisso de trabalhar na bancada de seu partido pela adesão de todos à luta em defesa desses bancos.

Bispo Rodrigues, do PL-RJ, foi igualmente enfático ao falar da necessidade de se multiplicar o apoio parlamentar à defesa dos bancos federais: "Temos que fazer o nosso voto na Câmara valer por dez, para que não tenhamos que ver um produtor rural pedindo empréstimo a um gerente de banco espanhol ou americano".

Antes mesmo do café da manhã na Câmara, as iniciativas do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos já haviam repercutido positivamente, com os representantes do PMDB e PTB anunciando ter tirado posição de bancada contra a privatização do BB, da Caixa e da Petrobras. Com

base em informações obtidas na edição de março de FENAE AGORA, em que era denunciada a ameaça que paira sobre a Caixa, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) usou a tribuna do Senado para um veemente discurso em defesa da empresa.

Para Erika Kokay, o café da manhã com os parlamentares "foi um ato político de expressão", mas que precisa ter desdobramentos, para que se consolide e amplie, no âmbito do Congresso, um posicionamento político efetivo pela preservação dos bancos federais e do

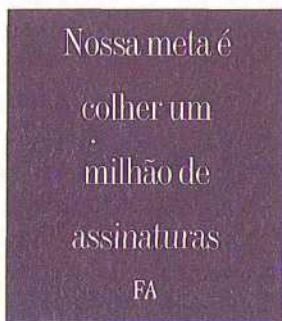
## Bancos públicos geram emprego e crescimento econômico

Os cinco bancos federais - Caixa, BB, BNB, Basa e BNDES -, cujos destinos estão sendo colocados nas mãos de uma consultoria contratada pelo governo, são os responsáveis pela execução de políticas estratégicas para o país, geram fundos públicos e movimentam ativos em volume superior a R\$ 300 bilhões. Oferecem mais de 83% do crédito habitacional, mais de 70% do crédito à agricultura e mais de 80% do crédito ao setor público.

São praticamente os únicos fornecedores de crédito de longo prazo para o fomento à indústria e outras atividades econômicas. Entre os fundos geridos por eles está o FGTS, cujas contas só foram saneadas depois de centralizado na Caixa. Respondem também por programas como Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda), o Pronaf (Programa de Apoio à Agricultura Familiar), programas de desenvolvimento regional e muitos outros.

O livro "O Brasil privatizado" revela que o próprio presidente da República já reconheceu publicamente que "os bancos privados não fazem empréstimos, a não serem escala quase nula, aos produtores rurais". Também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Câmara de Comércio Exterior do governo, já teriam admitido que "os bancos privados não querem fazer empréstimos para as pequenas e médias empresas - mesmo quando o dinheiro a ser aplicado não é deles", e que "as exportações não crescem porque os bancos privados não querem financiar as vendas externas das pequenas e médias empresas".

"Mesmo assim, em contradição total - diz a publicação -, o governo Fernando Henrique Cardoso insiste na privatização dos bancos estaduais e prepara a privatização do BB e da Caixa".



que ainda resta do patrimônio público nacional. "Para isso, é necessário que as entidades e os comitês tenham uma firme atuação nas bases eleitorais desses parlamentares, lá no seu estado, no seu município" enfatiza a diretora da FENAE e da CNB-CUT.

Outra atividade programada na Câmara dos Deputados, em defesa dos bancos públicos, é uma audiência pública, dia 12 de agosto, na Subcomissão de Finanças Municipais (do âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior), com o tema "Fontes de financiamentos aos municípios: a ação dos bancos públicos". O evento é fruto de uma reunião dos diretores da FENAE, Carlos Borges, José Carlos Alonso e Erika, com a deputada Telma de Souza (PT-SP), na dia 19 de maio. Após o encontro, Telma manteve contato com a presidente da Subcomissão de Finanças Municipais, deputada Iara

Bernardes (PT-SP), que se prontificou a convocar a audiência.

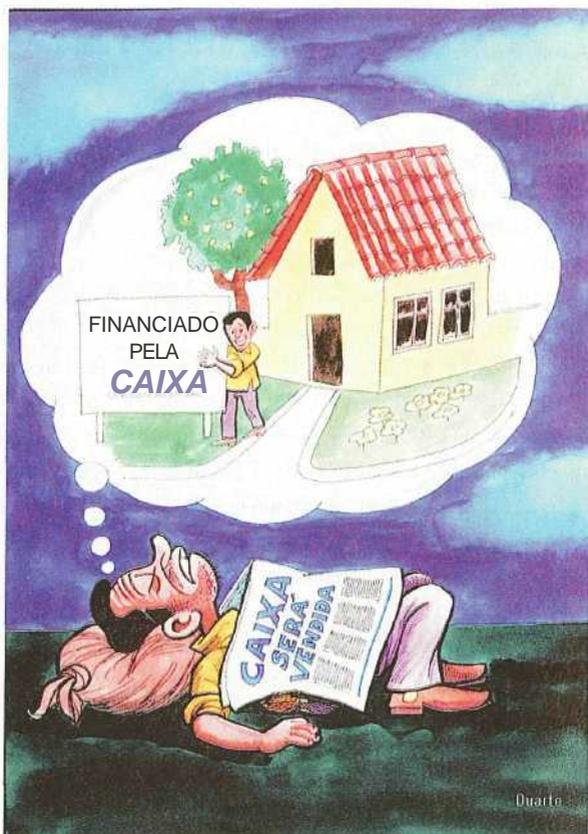
Pelos estados, multiplicam-se as ações dos fóruns unificados, envolvendo representações de todos os bancos federais e também de outras estatais, assim como as ações dos comitês por bancos. Estão sendo programados seminários, audiências públicas e sessões solenes em Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores, visitas a lideranças partidárias, debates com personalidades e atos públicos contra as privatizações, entre outras formas de manifestação e de protesto.

Para o dia 23 de julho, em São Paulo, está marcado o Congresso Unificado dos Bancos federais - Caixa, BB, BNB, Basa e Banespa - e um ato público com a presença de líderes partidários, governadores, prefeitos, parlamentares e representantes de entidades como a CNBB, OAB, ABI, CUT e demais centrais sindicais.

**Defesa** O Comitê Nacional em Defesa da Caixa definiu como slogan para a campanha a frase "Defenda a Caixa você também", buscando sensibilizar tanto os trabalhadores da empresa como os clientes, os usuários dos serviços prestados pela instituição e a sociedade em geral. O slogan vai gravado em uma bandeira nacional estilizada, compondo a arte dos materiais de divulgação. Foi aberto um link na

homepage da FENAE ([www.fenae.org.br](http://www.fenae.org.br)) para centralização das informações sobre o movimento.

O Comitê está produzindo um balanço social da Caixa, como forma de mostrar à sociedade a importância da empresa para o país, sobretudo do ponto de vista do desenvolvimento social. A proposta de elaboração do balanço foi apresentada à própria direção da Caixa, mas o presidente da empresa, Emílio Carazzai, não demonstrou ainda abertu-



ra necessária para facilitar o trabalho do Comitê.

Com o objetivo de tornar mais visível o que a Caixa representa como banco múltiplo, com atuação nas áreas social, comercial e de prestação de serviços, foi produzido pelo Dieese, a pedido do Comitê Nacional, o trabalho técnico intitulado "Caixa Econômica Federal: missão institucional e situação econômico-financeira". O documento está disponível na homepage da FENAE.

A FENAE patrocinou 15 mil exemplares do livro "O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado", de Aloysio Biondi. O livro revela como as privatizações foram feitas, denuncia a entrega do patrimônio público,

mostra por que o Brasil ficou mais pobre e trata do mito das "forças de mercado". Há um capítulo que fala da desmoralização dos bancos federais pelo governo. O jornalista revela a forma como a equipe econômica "fabricou" um enorme prejuízo para o Banco do Brasil e como, no governo FHC, "a Caixa tem sido utilizada para

aumentar os lucros dos bancos privados e, vergonhosamente, obrigada a 'engolir' bilhões e bilhões de prejuízos que, na prática, seriam dos

Nossa meta é  
colher um  
milhão de  
assinaturas

FA

banqueiros".

Os exemplares de "O Brasil Privatizado" estão sendo revendidos pelos Comitês Estaduais em Defesa da Caixa. A FENAE enviou o livro também a todos os deputados e senadores, tendo obtido uma excelente receptividade por parte dos parlamentares.

**União** A defesa da Caixa passa não só por um trabalho conjunto com os bancários das demais instituições financeiras federais, como também pela união com os trabalhadores de outras estatais ameaçadas pelas privatizações e o desmonte do Estado promovido pelo governo FHC, como a Petrobras e os Correios. No dia 21 de abril, representantes de comitês e de entidades sindicais e associativas dessas empresas participaram de ato público em Ouro Preto (MG). A manifestação, que reuniu cerca de 25 mil pessoas na Praça Tiradentes, impulsionou um movimento mais amplo em defesa do patrimônio público e da soberania nacional.

Para o presidente da FENAE, Carlos Borges, que esteve em Ouro Preto, juntamente com o presidente da APCEF/MG, Antônio Carlos de Oliveira, "a nossa luta precisa ganhar definitivamente as ruas". E a forma de fazer isso, segundo ele, "é fortalecendo nossos próprios comitês, consolidando a parceria com as representações de outras categorias e ampliando o leque de apoios no Congresso, entre personalidades e na sociedade".

Entre importantes personalidades que já se manifestaram contra as privatizações de FHC e em defesa dos bancos federais estão Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e o economista Celso Furtado, ex-ministro do Planejamento no governo João Goulart e da Cultura no governo Sarney. Na opinião de Furtado, "se privatizarmos o atual sistema bancário controlado pelo governo (Caixa e BB) estaremos submetendo a interesses privados os interesses da política econômica, o que significa tornar sem função o Banco Central". Em entrevista à **FENAE AGORA**, Barbosa Lima diz que no conselho da ABI, composto por 45 jornalistas, há uma "opinião firme na defesa do patrimônio público brasileiro". A seu ver, as privatizações que estão ocorrendo "são um delito de natureza pública, contra a sociedade".

# R\$ 2 bi de prejuízo com privatizações

## *Banqueiros e multinacionais ganharam "de bandeja" do governo FHC 63 empresas estatais*

**D**esde 1991, foram privatizadas 63 empresas e alienadas participações acionárias em estatais federais dos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, mineração, financeiro, aeronáutico, energia elétrica, entre outros.

Foi concedido à iniciativa privada o direito de exploração de seis trechos da Rede Ferroviária Federal e seis arrendamentos para exploração de contêineres em portos marítimos. E com a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações, em agosto de 97, foi autorizada a venda das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, controladas direta ou indiretamente pela União.

No livro "O Brasil privatizado", Aloysio Bondi mostra que o Brasil "torrou suas estatais", e não houve redução alguma na dívida interna, até o final do ano passado. O governo diz que arrecadou R\$ 85,2 bilhões com as privatizações. Mas, de acordo com levantamento de Bondi, há as contas "escondidas" indicando um valor maior, de R\$ 87,6 bilhões, a ser descontado daquela "entrada de caixa". Nessas contas escondidas entram vendas de estatais a prazo (R\$ 14,8 bi); dívidas que o governo "engoliu" (R\$ 16,1 bi); juros de 15% sobre dívidas "engolidas" (R\$ 8,7 bi); investimentos feitos antes de cada privatização (R\$ 28,5 bi); juros sobre esses investimentos (R\$ 8,9 bi); moedas podres usadas (R\$ 8,9 bi) e dinheiro que o governo deixou aos compradores (R\$ 1,7 bi).

Há ainda valores incalculáveis refe-

rentes a demissões que o governo fez para livrar os "compradores" de pagamento de indenizações e direitos trabalhistas; compromissos com fundos de pensão e aposentados que o governo "engoliu"; perdas no Imposto de Renda; lucros das antigas estatais que o governo deixou de receber; e prejuízos com os empréstimos (juros subsidiados concedidos aos "compradores").

Resumo da ópera (bufa): A política de privatizações implantada pelo governo FHC não obteve os resultados apregoados. Não reduziu a dívida pública, não melhorou a qualidade dos serviços, não reduziu as tarifas públicas, nem aumentou o nível de emprego. Os resultados foram exatamente opostos: política de juros altos; elevação da dívida pública à casa dos R\$ 500 bilhões; queda na qualidade dos serviços; e redução drástica do nível de emprego.

É nesse cenário de terra arrasada que o governo ainda insiste em levar adiante o seu programa de privatizações, entregando o que resta do patrimônio público, inclusive empresas centenárias como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A Petrobras, símbolo da capacidade empreendedora do povo brasileiro, vem sendo desmontada. Para conseguir no Congresso a quebra do monopólio do petróleo, o governo FHC prometeu que a Petrobras não seria privatizada. Mas, através de manobras dos deputados e senadores governistas, foi aprovado um substitutivo ao projeto original que abriu as portas para uma "privatização silenciosa" da empresa.

Apesar de tudo a  
dívida pública  
cresceu nos  
últimos anos  
FA

# Direção da Caixa prepara a empresa para privatização

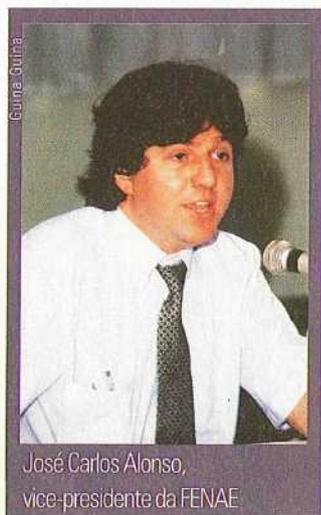
*A venda das ações da SASSE, a terceirização crescente dos serviços e as iniciativas adotadas na FUNCEF são passos para facilitar a venda/esvaziamento da Caixa*

**A** exemplo do que faz o governo, a direção da Caixa nega que a empresa esteja sendo preparada para uma possível privatização. Mas vem implementando uma a uma as medidas que abrem caminho para a realização daquilo que está sendo planejado pelo Comif, órgão ressuscitado no início deste ano por sugestão do próprio presidente da Caixa, Emílio Carazzai.

Em recente entrevista, Carazzai manifestou-se favorável à inclusão da SASSE Seguros no Programa Nacional de Desestatização, medida anunciada pelo ministro Malan no dia nove de junho. O presidente da Caixa disse que será possível vender a SASSE até o final deste ano.

Assim, Carazzai assume publicamente uma idéia que foi levantada em dezembro do ano passado pelo senador Jorge Bornhausen, à época presidente nacional do PFL, partido ao qual o presidente da Caixa é ligado. Bornhausen sugeriu que o governo deveria avançar "na solução de privatizações completas", incluindo no programa Banco do Brasil, Caixa e Petrobras.

Pela estratégia do senador, na Caixa, "o processo de privatização seria colocado de forma definitiva, marcando-se data para a venda da SASSE Seguros". Carazzai disse



à reportagem de **FENAE AGORA**, no final de fevereiro, que o pensamento de pessoas da cúpula do PFL não era, necessariamente, o seu. Agora ele já acha que "a Caixa não deve ter participação em empresa que tem fortes concorrentes no mercado".

"Só falta Carazzai dizer que a União também não deve ter uma instituição financeira como a Caixa disputando

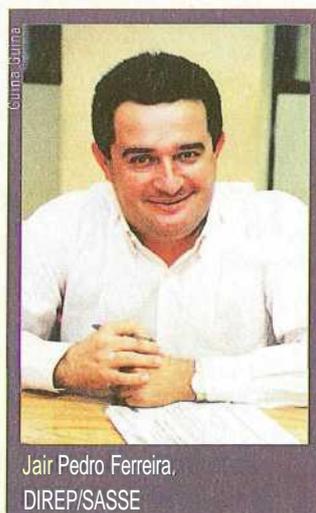
espaço com a concorrência privada", alfineta Jair Pedro Ferreira, diretor representante dos empregados (DIREP/SASSE).

Algo parecido já foi dito por ninguém menos que Amaury Bier, secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Comif. Em entrevista à *Gazeta Mercantil*, de 25 de junho, Bier afirma que "é possível o país desenvolver políticas agrícolas, hoje a cargo do BB, e de habitação, sob o comando da CEF, sem, necessariamente, contar com instituições públicas para isso".

**FUNCEF** Para o vice-presidente da FENAE, José Carlos Alonso, as iniciativas da direção da Caixa em relação ao fundo de pensão dos empregados, a FUNCEF, também visam deixar a empresa em condições de ser privatizada.

Está sendo implantado na Fundação um novo Plano de Benefícios, o REB, que tem por finalidade substituir o sistema de Benefício Definido para Contribuição Definida, mudança que exime a patrocinadora de qualquer responsabilidade em caso de haver déficit no plano. "Isso significa adaptar o Plano de Benefícios da Fundação às exigências da iniciativa privada", explica Alonso.

A Caixa vem tentando também dar um calote na dívida de mais de R\$ 2 bilhões que tem com a FUNCEF. E está impondo a migração dos aposentados da PREVHAB (fundo de pensão dos remanescentes do BNH) para um fundo fechado na SASSE, permitindo que apenas os associados da ativa (também oriundos do BNH) migrem para a FUNCEF. São medidas que visam "limpar o passivo" da patrocinadora, ou-



tra forma de preparar o terreno para a privatização (leia mais sobre o assunto na pág. 19).

# Abaixo- assinado

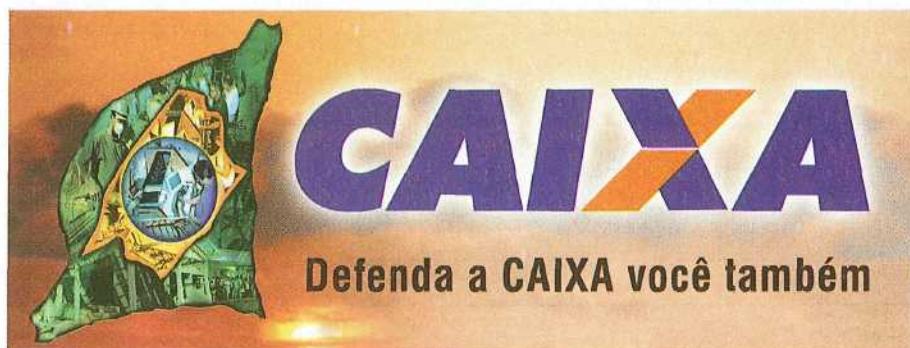
## Contra a privatização.

# Em defesa dos bancos públicos como agentes do desenvolvimento

O desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e o combate ao desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e o combate ao desemprego e às desigualdades sociais devem ser prioridades de qualquer governo comprometido com o futuro da nação brasileira.

Os bancos públicos têm forte influência nos rumos da economia brasileira. Esses bancos sempre foram instrumentos de governo para levar crédito aos agricultores, aos pequenos empresários e às comunidades e regiões carentes do Brasil. Milhões de moradias, obras de saneamento e infra-estrutura foram constituídas com financiamento dos bancos públicos. Essas instituições também são fundamentais no combate às desigualdades regionais.

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banespa, o maior dos bancos



estaduais, estão sendo esvaziados de suas funções públicas. Estão atuando, por orientação dos últimos governos, como simples bancos comerciais, dificultando o acesso ao crédito produtivo e precarizando o atendimento à população.

Nós, cidadãos brasileiros que defendemos a retomada do crescimento econômico, somos contrários à privatização dos bancos acima citados e apoiamos os projetos de lei e de emenda constitucional apresentados no Congresso, que visam preservar o caráter público desses bancos.

Essas instituições, para o bem

do Brasil, precisam retomar seu papel de agentes financeiros da produção e de prestadoras de serviço à população. Essa missão só poderá ser cumprida se permanecerem como empresas públicas, com controle da sociedade sobre sua atuação.

**\* Contra a privatização dos bancos públicos!**

**\* Pelo fortalecimento desses bancos como agentes prioritários do desenvolvimento econômico e social!**

**\* Pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de controle público e democrático dessas instituições!**



# A polêmica REB x Replan

*Veja as vantagens do Replan e os prejuízos que nos traz o REB*

**C**ontribuição definida. Isenção de responsabilidades da Caixa. Falta de democracia. Coação aos aposentados. Com todas essas características, soa estranho que a FUNCEF venda o REB, novo regulamento de plano de benefícios, como um "plano com mais benefícios".

O REB é apenas uma das transformações pelas quais passa a fundação dos empregados da Caixa, o segundo maior fundo de pensão do país, atrás apenas da Previ, dos funcionários do Banco do Brasil. O movimento dos empregados tem repetido que o novo plano de benefícios guarda estreita relação com pontos como a pendência da dívida da Caixa perante a FUNCEF, a discriminação aos aposentados, a exclusão dos associados da PREVHAB e PMPP, a falta de paridade na gestão do fundo e outros problemas relacionados. "Para tornar o REB assimilável, a FUNCEF lança mão de uma campanha que não pode ser aceita passivamente", alerta o ex-presidente da FENAE, Carlos Caser, membro da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/CEF).



Carlos Caser, da Comissão de Empresa dos Empregados (CEE/CEF)

# Porque não optar pelo REB

## Contribuição

**1** O primeiro problema é com relação à contribuição definida. Ao contrário do Replan e do REG, planos anteriores, o REB não adota o benefício definido - em que o associado adere ao plano com a expectativa certa de receber determinado valor de suplementação ao se aposentar. Na verdade, o REB não é um plano de contribuição definida puro, mas misto, devido às particularidades nos benefícios de risco (invalidez e morte).

Com a contribuição definida aplicada à suplementação da aposentadoria, a Caixa, patrocinadora da FUNCEF, fica isenta de qualquer responsabilidade caso o plano apresente déficit. Por outro lado, também não importa o resultado das aplicações, já que o benefício pago aos participantes será em decorrência dos recursos disponíveis no momento em que o associado requer a aposentadoria.

## Sem direitos

**2** Esse é um dos motivos que faz a fundação oferecer o novo plano a todos os seus associados, mesmo aos aposentados, que já usufruem de seu benefício. Caso aceitem a migração para o REB, todos os associados estarão abrindo mão de seus direitos nos planos anteriores.

Mas o contrário não aconteceu. Os empregados contratados através do concurso do ano passado não tiveram a oportunidade de

optar pelo Replan, por exemplo. Foram todos destinados ao REB.

## Caminho aberto

**3** A FUNCEF está entre os maiores fundos de pensão, mas não é o único que está sendo transformado pelo governo federal. A intenção é mal disfarçada: a privatização da Caixa, caso ocorra, vai depender, entre outros pontos, da situação da FUNCEF. O mesmo já aconteceu nos fundos do Banco do Nordeste, Furnas, Banerj e outras entidades: o fundo de pensão passou por uma "limpeza" para que as empresas se tornassem mais atrativas.

A alegação é de que são necessárias medidas de saneamento dessas instituições. Na verdade, ao se "limpar o terreno", as estatais que têm fundos de Previdência ficam mais atraentes ao capital privado, livres de um passivo trabalhista significativo.

## Aposentados

**4** É difícil conter a indignação quando se conhece o que a Caixa e a FUNCEF têm feito com os empregados aposentados. Se os empregados da ativa passaram quatro anos sem reajuste salarial, os aposentados acrescentaram a isso a falta de pagamento dos abonos. Usando a discriminação como trunfo, a FUNCEF propõe vantagens financeiras a este segmento da catego-

ria em troca da migração para o REB.

"A chantagem é clara, porque a negociação implica em abrir mão de direitos", alerta Carlos Caser. O ex-presidente da FENAE acrescenta que os abonos devem ser pagos aos aposentados sem nenhuma condição, além de outros benefícios dos empregados da ativa, como o tiquete-alimentação.

## É ou não é?

**5** Para não pagar os abonos, a Caixa alega que os aposentados já não são seus empregados. Para achar uma brecha e oferecer o REB a quem já está usufruindo dos benefícios, a situação é outra. A mudança de plano não faz qualquer sentido, em especial aos aposentados. O único reflexo será a redução de direitos. A lei determina apenas a obrigatoriedade da FUNCEF oferecer o novo plano aos empregados da patrocinadora, não a todos os associados.

## Outros excluídos

**6** A situação também não é nada vantajosa aos aposentados do PMPP, plano anterior à criação da FUNCEF, e da PRE-VHAB, fundo dos trabalhadores do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Os aposentados da PRE-VHAB foram relegados a um fundo fechado na SASSE, quando deveriam ser transferidos para a FUNCEF junto com os associados da ativa. Enquanto isso,

## REB significa perda de segurança e do benefício

Mudar de benefício definido para contribuição definida não é uma simples troca de nomenclatura, conforme a FUNCEF tenta transparecer. Segundo a atuária Marília Castro, que presta assessoria na área à FENAE, "no REB não há promessa de benefício", e assim o participante desse plano vai "perder a segurança e a certeza" de seu benefício.

Marília observa que "a primeira idéia de perda já vem pela própria migração". Os detalhes do REB ainda não foram esclarecidos pela FUNCEF e por isso, "dependendo da proposta, pode haver desvantagens aos participantes". Um exemplo é a possibilidade do REB cobrir apenas a aposentadoria, não a pensão a dependentes.

Para quem trocar um plano pelo ou-

tro, ainda na ativa, também não há segurança quanto ao valor do benefício futuro. "Isso resulta do montante de reservas que o participante vai levar do Replan para o REB, do valor da contribuição e da rentabilidade das aplicações", diz a atuária. Marília enxerga vantagem numa única categoria: para quem deixar a Caixa antes da aposentadoria.

os colegas do PMPP têm que enfrentar todo mês as filas do INSS para receber seus vencimentos, também longe da FUNCEF.

### Devo, não pago...

**7** Segundo a FUNCEF, o REB surgiu para evitar que o Replan se tome inviável. No entanto, a fundação "esquece" que a instabilidade momentânea do plano deriva exatamente da dívida não-paga pela Caixa. Hoje, o débito chega a R\$ 2,3 bilhões. Seu pagamento é essencial para o equilíbrio do Replan.

Em 1993, a Caixa reconheceu a dívida em um contrato com a fundação e começou a pagar suaves prestações mensais por 20 anos. Em seguida, a empresa entrou com ação em que contesta os valores e hoje busca novo cálculo junto à FUNCEF.

O movimento dos empregados teme que a instituição do REB sirva como subterfúgio para que a empresa deixe de honrar mais esse compromisso.

### Reforma

**8** As mudanças planejadas pelo governo na reforma da Previdência II podem repercutir de forma negativa nos planos baseados na contribuição definida. Se houver realmente uma redução no teto da Previdência oficial, como pretende o governo, o associado terá que aumentar sua contribuição caso pretenda manter o nível de seu benefício.

Hoje, no Replan, isso também pode acontecer, mas a Caixa responde de maneira solidária, contribuindo com sua parte no aumento das contribuições. No REB, a empresa se isenta dessa responsabilidade.

### É possível

**9** Logo quando o REB foi anunciado, os associados pós-78 comemoraram: estava extinta sua limitação de aposentadoria apenas após os 55 anos de idade! Na verdade, o plano permite que a concessão do benefício aconteça a partir dos 50 anos, mas somente em caso "de comprovada liquidez patrimonial da FUNCEF". O direito não é líquido e certo: é uma perspectiva que pode não acontecer.

### Detalhes

**10** Não bastasse todos esses problemas, o REB ainda tem "pegadinhas" em pontos secundários, como a divisão ainda inde-

# Democratizar é o único caminho

*O governo, a direção da Caixa e da FUNCEF desconsideram os interesses dos empregados*

**A** contraposição entre os planos de benefício definido e contribuição definida não é o único problema enfrentado pelos empregados da contraposição entre os planos de benefício definido e contribuição definida não é o único problema enfrentado pelos empregados da

Caixa em seu fundo de pensão. O movimento dos empregados defende que o plano de benefícios faz parte de uma discussão maior, que passa pela democratização da FUNCEF, respeito aos aposentados e incorporação dos associados oriundos da PREVHAB e do PMPP

"A FUNCEF é hoje o segundo fundo de pensão do país em volume de recursos, atrás apenas da Previ, do Banco do Brasil", lembra o ex-presidente da FENAE Carlos Caser, membro da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/CEF). Caser alerta que "as mudanças que a FUNCEF tem atravessado não podem passar em branco"

Com relação à gestão da entidade, os avanços promovidos pela Caixa ainda são muito tímidos. Além do diretor representante e de um membro no Conselho Fiscal, os empregados dispunham de uma vaga no Conselho de Administração, retirada após denúncias feitas pela FENAE sobre o uso da Caixa para aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional.

"O patrimônio da FUNCEF é de seus associados. Não faz sentido manter a atual estrutura de administração, sem a paridade na gestão entre representantes indicados pela empresa e escolhidos diretamente pelos empregados", diz Caser. Com a paridade, com certeza haverá maior fiscalização nos

recursos da entidade.

Hoje, sem gestão paritária, Caixa e FUNCEF simplesmente desconsideram a opinião dos empregados quando tratam de assuntos de grande importância. O maior exemplo talvez seja a dívida da Caixa junto à fundação, que chega a R\$ 2,3 bilhões. A dívida está sendo contestada na Justiça pela Caixa, que suspendeu o pagamento das parcelas devidas em 1996.

Outra ação, em que a FUNCEF cobra o pagamento da dívida, foi suspensa para que as partes possam "negociar". Temendo um desfecho negativo, FENAE e Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados da Caixa) já fazem parte da ação, como assistentes.

Se a falta de reajuste prejudica os empregados da ativa, os aposentados nem ao menos puderam contar com os abonos pagos desde 1995. A FUNCEF alegava que não podia pagar os valores por impedimentos legais. No entanto, para convencer os aposentados a aderirem ao chamado Replan II e, em seguida, ao REB, a FUNCEF e a Caixa oferecem o pagamento do

abono. "Esta coação é inaceitável", lamenta Carlos Caser.

Também são discriminados, de outra forma, os aposentados da PREVHAB. Com a extinção do fundo, esses associados foram encaminhados a um fundo fechado na SASSE. Inúmeras ações judiciais contestam mais essa aberração da Caixa no campo da Previdência complementar.

Aposentados da PREVHAB e PMPP são prejudicados

# Projetos de lei em tramitação podem alterar os fundos

A FUNCEF e os demais fundos de pensão podem sofrer mudanças significativas no que depender de três projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. "Esses projetos determinam regras que podem mudar todo o regime de Previdência privada, em especial para os fundos patrocinados pela administração direta ou indireta", explica o advogado Adacir Reis, especialista no segmento de Previdência cujo escritório presta assessoria parlamentar à FENAE.

O projeto de lei complementar 8/99, o mais importante deles, determina que a contribuição das empresas patrocinadoras não poderá ser maior que a dos associados. É o famoso "um por um". A FUNCEF já está enquadrada nessa regra.

O fundo de pensão dos empregados da Caixa não cumpre, no entanto, a determinação de eleição direta para metade dos membros do Conselho Deliberativo, instância criada para ser o órgão máximo das fundações, e também do Conselho Fiscal.

A própria exposição de motivos do projeto, oriundo dos ministérios da Previdência e Fazenda, reconhece a importância da "divisão de responsabilidades entre os patrocinadores, os participantes e assistidos" dos fundos de pensão, bem como a necessidade de "manter o equilíbrio entre os responsáveis pelo aporte de recursos ao plano de benefícios".

Já o projeto 9/99 estende aos servidores públicos da União, estados e municípios o acesso ao regime de Previdência complementar, hoje restrito ao setor privado.

O projeto 10/99, por sua vez, aborda aspectos conceituais relacionados a Previdência complementar, entidades fechadas e abertas, adequando o setor às mudanças surgidas na reforma da Previdência

finida do patrimônio do Replan; o congelamento do saldo de reserva de poupança, sem juros anuais de 6%; a impossibilidade de antecipação de renda aos pensionistas; e outros.

## Sem discussão

11 Para Carlos Caser, é paradoxal que a Caixa e a FUNCEF abandonem suas responsabilidades sem, em contrapartida, aumentar a participação dos associados nas discussões sobre os destinos da entidade. "Na verdade, o movimento deveria ser exatamente o oposto: a democratização da entidade deveria ser a primeira preocupação da empresa e da fundação", diz o membro da CEE/CEF.

Exatamente porque o REB faz parte de um projeto maior voltado para a FUNCEF, Caser observa que a decisão sobre a mudança de planos deve ser tomada sem atropelos. Mas ele alerta: "É ingenuidade acreditar que a FUNCEF está a ampliar direitos".

Para se ter uma idéia, a FUNCEF até hoje não mostrou claramente que a suplementação não será calculada com base nos salários recebidos pelos empregados da ativa. "O valor do benefício vai depender de como vão se comportar os recursos disponíveis no plano, que aliás estarão em contas individuais", diz Caser. Ele acrescenta que os associados terão que apostar "na evolução, competência e transparência na aplicação de recursos que serão administrados por pessoas indicadas pela administração da Caixa".

## Publicidade

12 Nenhum desses problemas é tratado pela FUNCEF em seus materiais publicitários sobre o tema. "O plano com mais benefícios" é o primeiro elogio contido em todas as publicações da fundação. A troca de benefício definido para contribuição definida não é a única mudança provocada pela implantação do REB. Por outro lado, muitos dos conceitos apresentados junto com o REB são características de todos os planos de benefícios dos fundos de pensão.

## Renda vitalícia

13 O benefício que o associado vai receber ao se aposentar será estimado em função do saldo de conta, até então individualizado, e da sua expectativa de vida. É a partir desses itens que a renda mensal será calculada,

atualizada uma vez por ano pelo INPC. Individual até a aposentadoria, o saldo de conta é repassado para um fundo mútuo.

## Invalidez e morte

14 Caso o associado for afastado do trabalho por invalidez, pode requerer uma renda vitalícia por invalidez. É um benefício de risco, calculado com base no saldo da conta, média dos últimos salários de participação ou benefício mínimo, o que for maior entre os três valores. A pensão paga aos dependentes em caso de morte do participante também segue critérios semelhantes. Junto à pensão, a família do associado tem direito a um pecúlio, em pagamento único, equivalente ao dobro da média dos 12 últimos salários de participação do associado ativo ou então o dobro da renda vitalícia do aposentado e pensionista.

## Desligamento

15 Caso o empregado saia da Caixa e resolva se licenciar da FUNCEF, passa a receber um pagamento mensal com base no saldo de conta. Os licenciados também permanecem com o direito a renda vitalícia por invalidez e sua família pode requerer pensão por morte.

Já quem também pretende se desligar da FUNCEF também pode resgatar seu saldo de conta integralizado. Esse valor não inclui as contribuições da patrocinadora nem o valor individual estimado da dívida da Caixa junto à FUNCEF.

No entanto, como em muitos outros pontos do REB, a situação não está sendo esclarecida para os associados.

## Excedente financeiro

16 A renda vitalícia nunca será superior à média dos últimos 12 salários de contribuição, acrescida de 25% do teto do INSS. Nunca o aposentado ganhará mais do que isso no REB. Caso o saldo da conta acabe maior que o necessário para pagar o benefício, o resultado será pago ao associado, à vista.

## Renda antecipada

17 Para atrair mais associados ao REB, a FUNCEF instituiu a antecipação de até 10% do saldo de conta. No entanto, o associado terá a redução proporcional do benefício que seria pago mensalmente.



# Munição contra as privatizações

■ Aloysio Biondi

O governo da Bahia gastou R\$ 1,6 bilhão para "preparar" o Baneb para a privatização. Apurou cinco vezes menos, no leilão, ou algo como R\$ 300 milhões. O governador Garotinho revela: o Estado do Rio teve um prejuízo de astronômicos R\$ 12 bilhões com a venda do Banerj, no governo anterior. Mais ainda: o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, foi ao Senado e fez uma revelação capaz de provocar um terremoto na opinião pública de qualquer país que não o Brasil: o "ágio" que os "compradores" das estatais oferecem nos leilões são mera enganância. Porque? É que o Tesouro acaba devolvendo esse valor aos compradores nos anos seguintes, sob o disfarce de "desconto no Imposto de Renda". Como os compradores de estatais também podem receber de volta os prejuízos acumulados (antes da privatização) nos balanços de empresas privatizadas, não é preciso ser nenhum gênio em matemática para chegar à conclusão óbvia: a história de que as estatais estão sendo literalmente doadas não é nenhuma força de expressão. Para a sociedade, fica apenas um imenso passivo, que agrava o rombo do setor público e, conseqüentemente, a crise econômica. Todos esses dados são autêntica munição para mobilizar a opinião pública contra as privatizações. Fica no ar a pergunta: o movimento sindical está sabendo aproveitá-la realmente? Ou a eterna divergência entre correntes ditas "ideológicas" continua a funcionar como um triunfo para a direita neoliberal?

## Cenário favorável

Sobram fatos novos a mostrar que o momento é propício a uma "arrancada" contra a venda de estatais. A elevação dos preços da gasolina e outros combustíveis tem um efeito demolidor na opinião pública, tão ou mais desmoralizante para o prestígio do governo quanto a queda do real, em janeiro último. Ainda mais



porque, note-se, outros aumentos terão que ser decretados, como conseqüência da alta de 60% a 80% nos preços internacionais do petróleo. Ironicamente, neste caso, o governo tornou-se prisioneiro de suas próprias mentiras: o presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylberstein, escondeu nos últimos meses que o custo do petróleo havia subido numa estratégia para justificar a entrega do petróleo brasileiro às multinacionais, a preços simbólicos (lances de R\$ 50 mil a 150 mil). Para o governo, revelara verdade sobre a alta da gasolina, agora, equivaleria a admitir que enganou a sociedade na privatização do petróleo, provocando reações no Congresso. Um Congresso, aliás, que a esta altura já não oferece um respaldo tão confortável ao presidente Fernando Henrique. Qualquer obser-

vador atenta foi capaz de detectar a "virada" ocorrida em partidos da base governista, como o PMDB e o PFL. Entre os sintomas mais significativos do esfacelamento da base política do governo, está uma iniciativa absolutamente impensável há poucos meses ou semanas: a CPI do sistema financeiro, criada para apurar exclusivamente o episódio dos bancos Marka e Fonte Cindam, estendeu suas investigações para todo o programa de socorro aos banqueiros, o Proer. Quem tem memória, sabe que durante anos as oposições quiseram devassar o Proer, sem êxito, graças ao bloqueio dos partidos governistas. O afastamento do PMDB e o PFL em relação ao presidente da República tende a intensificar-se rapidamente daqui em diante, por força mesmo do agravamento da crise da economia. Ao longo do mês de maio, esboroou-se a mitologia criada pelo governo em torno da reconquista da credibilidade internacional, e conseqüente estabilidade do Real. Desconfiados com a explosão das dívidas interna e externa, e a falta de reação das exportações brasileiras, os banqueiros internacionais somente emprestavam a empresas brasileiras desde que pagassem exatamente o dobro das taxas de juros aceitas há um ano atrás. O que significa, ao longo do tempo, nova explosão no pagamento de juros, em dólares, capaz de aumentar a desconfiança dos banqueiros, em um interminável círculo vicioso de conseqüências bem conhecidas. Novos abalos aguardam o real, jogando para profundezas ainda maiores o prestígio do presidente Fernando Henrique. Campo favorável para novas batalhas contra a política neoliberal e as privatizações indiscriminadas.

Aloysio Biondi,  
jornalista



## História do Congresso

Ninguém menos que Rui Barbosa, em sessão do Senado de 21 de dezembro de 1905, criticou o então presidente do Superior Tribunal Federal (STF) pelo fato de ter havido alteração de um acórdão, depois do julgamento definitivo daquele tribunal. Da tribuna do Senado, Rui indagava: "Pode o juiz, pode o magistrado, pode um tribunal coletivo (é o caso), podem os membros de um tribunal coletivo, ou esse tribunal, alterar o texto de um acórdão, depois de se fazer definitivo um julgamento?" Lutando pela afirmação do STF nos primeiros anos da República, o "pai" da Constituição de 1891 apresentou uma indicação para que a então Comissão de Justiça e Legislação do Senado desse parecer se era ou não o caso daquela Casa exercer a atribuição de julgar os membros do STF nos crimes de responsabilidade.

Poucos dias depois, o parecer da Comissão reconheceu a competência do Senado (hoje é o art. 52, II da CF) para julgar os ministros do STF, advertiu aquele tribunal sobre o equívoco daquele ato, mas considerou que não era o caso de crime de responsabilidade (in "História do Supremo Tribunal Federal", de Leda Boechat Rodrigues, tomo II, páginas 83 a 86).

# Moto - serra

Tramita, na Câmara dos Deputados proposta de emenda (PEC nº 53/99), já aprovada no Senado Federal, dando nova redação ao artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro nacional. O texto, resultado de um substitutivo à emenda de autoria do senador José Serra (hoje no Ministério da Saúde), reduz o artigo 192 ao seguinte teor: "O

sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram"

Adacir Reis

## Frente com os prefeitos

A partir de iniciativas das deputadas petistas de São Paulo Telma de Souza e Iara Bernardi, foi aberto um caminho institucional de comunicação entre os prefeitos e os defensores do fortalecimento dos bancos oficiais de crédito. A audiência pública no Congresso Nacional, destinada a debater as fontes de financiamento para os municípios e o papel dos bancos públicos, está dentro desse esforço.

## Oito ou oitenta

Depois de recesso parlamentar (algo que não acontecia nos últimos anos), o segundo semestre é de grandes definições: se a reforma tributária, a reforma do Judiciário e a reforma política não emplacarem, tudo nessas áreas fica para o ano 2001.

Adacir Reis, advogado e consultor legislativo



# A nova relação entre pais e filhos

*A geração do rock e das passeatas agora enfrenta o duro desafio de educar*

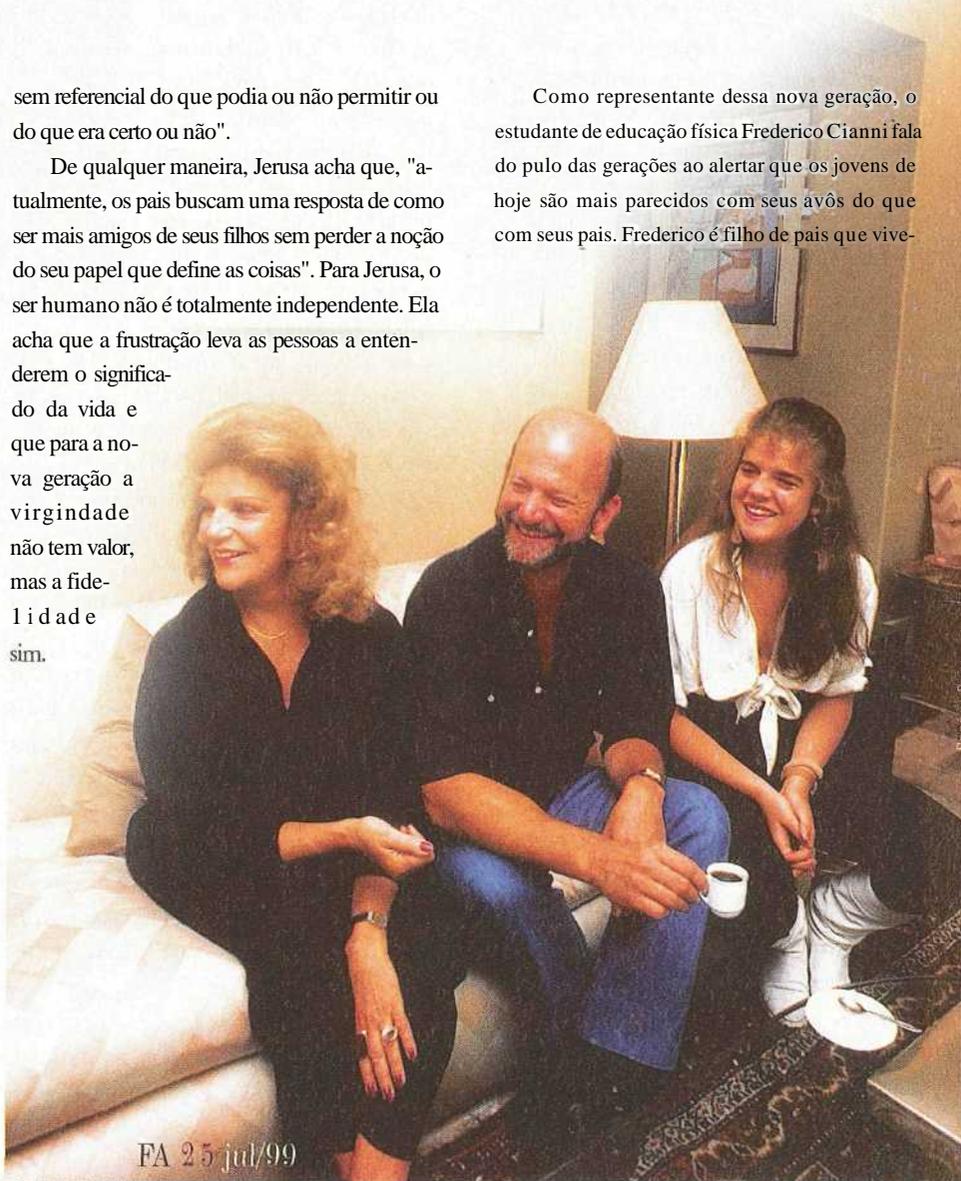
**S**inal dos tempos. Os modos e os costumes evoluíram muito na conturbada relação entre pais e filhos. As mudanças para as famílias tidas como mais caretas, muitas vezes, acontecem com a velocidade de um supersônico. Hoje em dia, ao que tudo indica, pais e filhos começam a estabelecer, com base nas vivências das gerações anteriores, uma relação de maior aprendizado. Uma das chaves para compreender a complexidade de situações como essa talvez esteja no fato de que toda vida familiar é um jogo de papéis dramáticos que reúne as atitudes típicas do pai, da mãe e dos filhos.

Será verdade que os jovens de hoje têm uma relação mais democrática com os pais? Há quem acredite que a atual convivência familiar é mais de igual para igual, com diálogo mais aberto e com maior cumplicidade. A psicóloga Jerusa Goretti da Silva, que trabalha com crianças e adolescentes, explica que há uma nova geração de pais com maior consciência sobre a necessidade de impor limites a seus filhos. Foi-se o tempo, segundo ela, em que os pais assumiam posturas nitidamente conservadoras. A psicóloga alerta: 'A juventude das gerações 60/70, por viver reprimida, tentou romper com esse conservadorismo e quis dar aos seus filhos tudo que não teve. Resultado: a abertura de espaços deixou-a, de algum modo,

sem referencial do que podia ou não permitir ou do que era certo ou não".

De qualquer maneira, Jerusa acha que, "atualmente, os pais buscam uma resposta de como ser mais amigos de seus filhos sem perder a noção do seu papel que define as coisas". Para Jerusa, o ser humano não é totalmente independente. Ela acha que a frustração leva as pessoas a entenderem o significado da vida e que para a nova geração a virgindade não tem valor, mas a fidelidade sim.

Como representante dessa nova geração, o estudante de educação física Frederico Cianni fala do pulo das gerações ao alertar que os jovens de hoje são mais parecidos com seus avôs do que com seus pais. Frederico é filho de pais que vive-



# A liberdade com respeito marcada pela individualidade

Não exagerar na permissividade e tampouco na austeridade. O respeito e o conselho que ajude o adolescente a tomar decisões são vistos por pessoas de gerações diferentes como imprescindíveis no relacionamento entre pais e filhos. Com 23 anos, o estudante Frederico Cianni é da opinião que os pais devem ajudar os filhos a construir marcos referenciais saudáveis para si mesmos. Segundo ele, sua família "soube dar liberdade e impor limites".

É certo que, devidamente regenerada e fortalecida, a estrutura familiar está na base da sociedade contemporânea. Tabus foram quebrados e alguns progressos já são evidentes. Outros preconceitos, no entanto, precisam ser rompidos. Para a terapeuta Lídia Rebouças, o uso da camisinha continua como um enorme tabu. "Nem os médicos a usam. No passado, as mulheres programavam sua gravidez ao usar anticoncepcionais. Hoje, as mães cuidam dos filhos das filhas. São avós precoces", constata a pró-reitora da Universidade Holística Internacional da Cidade da Paz.

A relação positiva com a família, seja ou não adotiva, é essencial para os filhos. Como educadora, Solange Cianni acha não ser possível tapar o sol com a peneira. Eis o seu alerta: 'As crianças existem e, neste caso, cabe aos pais arranjarem um tempo para elas. Afinal, a família é a base de todas as civilizações'.

Há unanimidade em um ponto: a regeneração da sociedade exige, de certa forma, a regeneração dos laços familiares. Isso significa, para a psicóloga Jerusa Goretti da Silva, construir relações humanas como territórios livres do autoritarismo e capazes de estimular o crescimento responsável de pais e filhos.

ram o "boom" das mudanças de comportamento ocorridas nas décadas de 60 e 70. Para quem não entende o porquê do atual conservadorismo dos filhos de pais que quebraram tabus no passado, o estudante de educação física identifica algumas das possíveis razões: 'A garotada está mais consciente para encarar a vida, visando muito mais uma melhor perspectiva profissional do que qualquer outra coisa. Aliás, a juventude da minha geração tem mais liberdade no que se refere a sexo'.

**Psicologia** Sabe-se, desde o primeiro instante, que pai e mãe projetam sobre a criança seus conteúdos psicológicos positivos e negativos, feitos de coragem e medo ou de virtudes e defeitos. Apsicóloga Lídia Rebouças, pró-reitora da Universidade Holística Internacional Cidade da Paz (Unipaz), com sede no Distrito Federal, lembra que o momento na relação entre pais e filhos é de despolarização. 'Antigamente, a criança não era vista como ser pensante. Na vida, quando se polariza algo, a tendência é no passo seguinte se ir para o extremo oposto. E o extremo da castração é a educação com liberdade'. Ela considera que a despolarização ocorre quando, de um lado, há educação repressora e, de outro, educação com muita liberdade. Para a terapeuta holística, a unificação desses dois extremos significa a busca do equilíbrio. E cita que a falta de limites da nova geração está presente, aliás, na atitude dos adolescentes que botaram fogo no índio Pataxó Hã-Hã-Hãe, em 1997. "Daí que muitos pais começam a se perguntar sobre o caminho do meio. E isso só é possível alcançar com amor assertivo, aquele que não é desonesto com o outro. Um amor que coloca limites claros acerca do que pode ou não".

Lídia acha que os filhos de pais que viveram períodos de mudanças comportamentais têm a forte tendência a ser conservadores. Ela sustenta que pesquisas recentes mostram que o número de casamentos aumentou muito, embora seja igualmente grande o índice de descasados. "Esta é a prova de que se busca o equilíbrio. Muitos adolescentes estão hoje num buraco pelo fato de muitos pais não terem lhes transmitidos valores como a solidariedade e o respeito".

Sobre o choque de gerações, a pedagoga Solange de Azevedo Cianni não vê isso como um problema sem solução. 'A minha geração se pre-

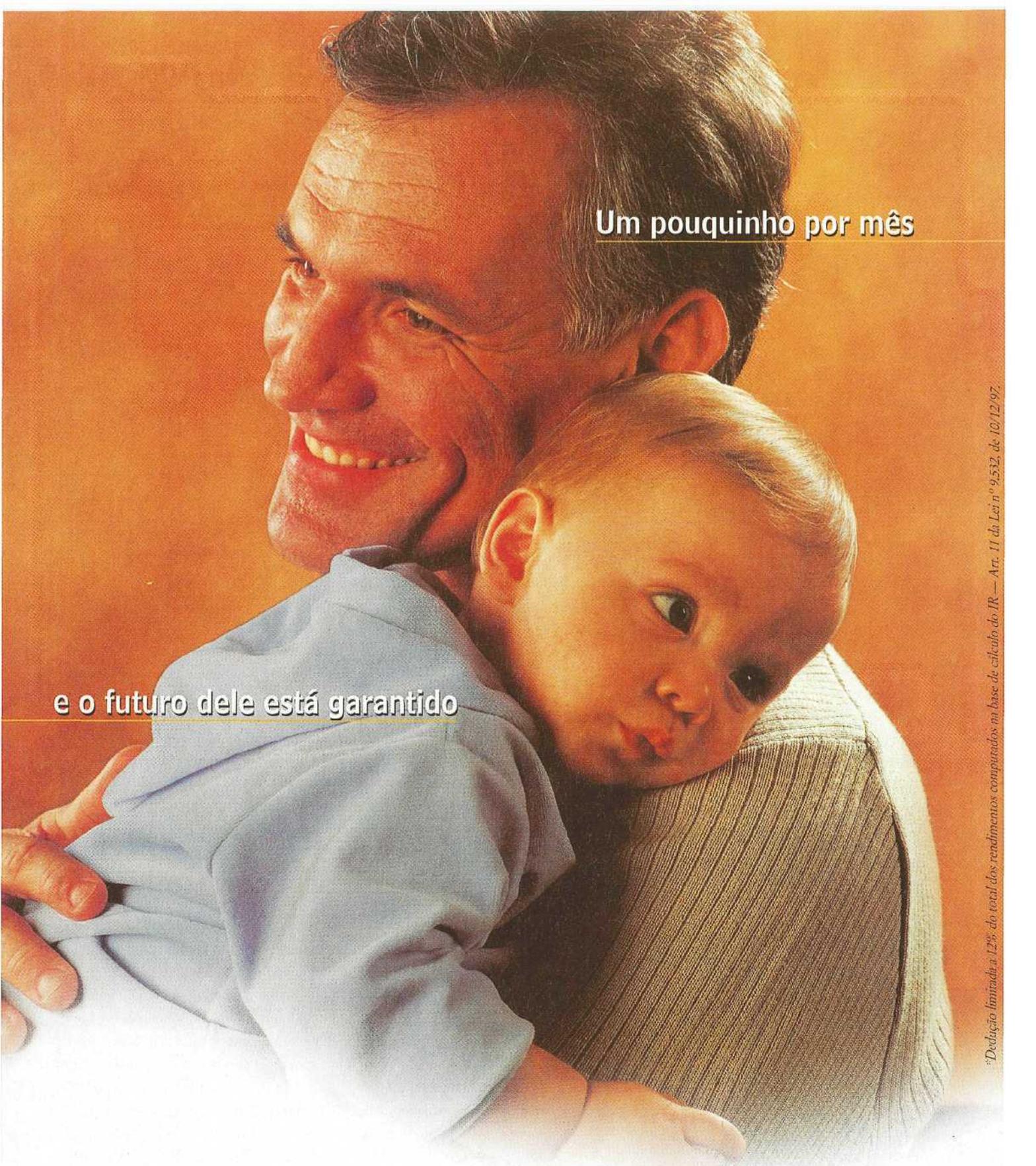
ocupava com as questões políticas e participava de movimentos contra o status quo, enquanto a nova geração é descrente e trabalha pouco o corpo e muito a mente, dentro de um esquema nitidamente individual. É aí que deve entrar a escola com o objetivo de desenvolver uma proposta reflexiva, como forma de buscar alternativas para esse impasse".

**Crise** De que maneira a crise político-financeira por que passa o Brasil interfere na relação entre pais e filhos? Poucas são as opiniões divergentes quando se trata desse assunto. Solange Cianni, por exemplo, considera que uma família desestruturada financeira e amorosamente traz conseqüências negativas para os filhos. Ela afirma que, em decorrência disso, muitas vezes sobra para a escola a responsabilidade pela formação da juventude. 'A crise influencia em nível emocional. Ajudar os filhos a se desenvolver adequadamente não é tarefa simples. Na maioria das vezes, os pais transmitem a seus fi-

lhos sentimentos de medo, angústia e insegurança quanto a seu futuro no mercado de trabalho. Isso é negativo, pois antecipa um amadurecimento precoce desnecessário, constata Jerusa da Silva. Para ela, as pessoas esquecem de viver o aqui e agora. E acrescenta: "Os pais devem confiar naquilo que transmitem para os filhos. Colhe-se, na verdade, o que se planta".

Quando o assunto é a crise que atinge os alicerces familiares, o estudante Frederico Cianni observa que os filhos se vêem na obrigação de ajudar os pais, seja de que maneira for. Ele acha negativo esse amadurecimento forçado e diz que cabe aos pais estarem mais atentos ao que acontece ao seu redor. Lídia Rebouças identifica que a fonte das questões para quem procura equilíbrio na relação entre pais e filhos, apesar do surto de desemprego que atrapalha essa convivência, está no cuidado do ser. A terapeuta explica: "Há, hoje, informações demais. O que falta é a medida certa para digeri-las. Daí ser necessário que as famílias interliguem as informações recebidas com dimensões como o pensamento, o sentimento, a intuição e a sensação". E somente a partir da integração dessas diversas funções, segundo Lídia, que a informação vinda principalmente dos meios de comunicação será melhor absorvida, podendo neste caso haver mudanças em relação a muita coisa.

Os pais devem  
confiar naquilo  
que transmitem  
para os filhos  
FA

A close-up photograph of a man with short dark hair, smiling warmly as he holds a baby. The man is wearing a light-colored, textured sweater. The baby is wearing a light blue long-sleeved shirt and is looking towards the camera with a neutral expression. The background is a soft, warm orange-brown color.

Um pouquinho por mês

e o futuro dele está garantido

*O FederalPrev Crescer protege seu filho, garantindo a realização dos seus sonhos. Com um pouquinho por mês, você garante o futuro dele e ainda deduz o valor depositado do Imposto de Renda\*. Dê uma mesada para o seu filho sem ele pedir. Faça um FederalPrev Crescer.*

Central de Atendimento: 0800-16-6383  
[www.sassecaixa.com.br](http://www.sassecaixa.com.br)

**FEDERAL  
PREV**

**SASSE CAIXA**  
SEGUROS

**CAIXA**

\*Dedução limitada a 12% do total dos rendimentos computados na base de cálculo do IR — Art. 11 da Lei nº 9.532, de 10/12/97.

O irreverente traço de quem revolucionou uma geração

## O ícone da cidadania

*Betinho, o grande defensor da vida e da ética*

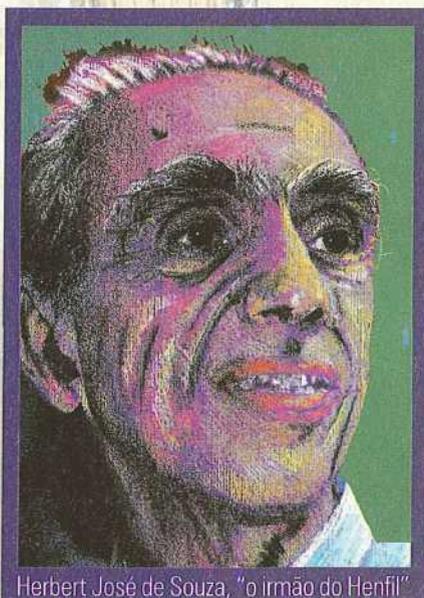
O humor era a marca registrada da obra intelectual do Henfil. Seus traços e seus textos criticavam a prepotência da ditadura militar. Seus primeiros desenhos datam do início da década de 60, quando foram publicados pelo jornal Resmungo, da Juventude Estudantil Católica (JEC) de Minas Gerais. Desde então Henfil passou a debater, com um humor sarcástico, o Brasil e o mundo.

A convivência do Henfil com frades dominicanos, na época em que militava na JEC, inspirou famosos trabalhos como os dos Fradinhos e, em especial, Cumprido. Baixinho, personagem henfiano debochado e bem-humorado, teve como modelo a figura de frei Marcelo. Graúna é outro personagem do cartunista que foi publicado por jornais país a fora.

Pelas mãos do escritor mineiro Roberto Drummond, que criou o romance "Hilda Furacão", Henfil foi trabalhar na revista Alterosa - de Belo Horizonte. Mas fama nacional mesmo como cartunista ganhou nas páginas do Pasquim e nas Cartas da Mãe da revista IstoÉ.

Hemofílico como seus irmãos Betinho e Chico Mário, Henfil foi contaminado pelo vírus da Aids numa transfusão de sangue, fato esse que denuncia o descaso do poder público com a saúde da população, sobretudo a mais carente.

Filho ilustre da nação brasileira, Henfil teve uma vida marcada pela utopia. Ele era militante do Partido dos Trabalhadores (PT), ao contrário de Betinho, que optou por uma atuação política de perfil mais independente. E, diferentemente de muita gente tida como civilizada, Henfil não tinha medo da auto-estima: tanto a individual quanto a coletiva. Morreu no ano de 1988 e, quando vivo, foi um defensor da nossa identidade cultural.



Herbert José de Souza, "o irmão do Henfil"

**O** cidadão Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, passou boa parte de seus 61 anos de existência denunciando o que via de errado no país onde viveu. Parece que foi ontem, mas faz dois anos que Betinho morreu vítima da hepatite C. Foi em nove de agosto de 1997. Ele era hemofílico e contraiu Aids em urna das transfusões de sangue às quais era obrigado a se submeter.

Sem Betinho o Brasil ficou mais acomodado, menos irreverente e, sobretudo, mais condescendente com as mazelas perpetradas por suas elites.

Nascido em três de novembro de 1935, na cidade mineira de Bocaiúva (região monta-

nhosa e cujos habitantes são conhecidos por sua mansidão e pelo jeito calmo e sutil), Betinho, foi bem mais do que "o irmão do Henfil" cantado por Elis Regina, na música "O bêbado e o equilibrista" (João Bosco e Aldir Blanc). Foi, com certeza, o ícone maior fida luta pela cidadania no Brasil. Tudo começou em fins dos anos 50, através da militância na Juventude Estudantil Católica (JEC) de Belo Horizonte. Época de cinema novo, bossa nova, teatro de Vanguarda e de luta por democracia e contra à ditadura militar.

Notabilizou-se como militante full time, engajando-se com a alma, com o corpo e com a vida nas atividades políticas da Ação Popular (AP). Daí para o exílio no Chile, Canadá e México foi um pulo. Tornou-se ainda um dos símbolos da campanha pela anistia. Seu; retorno ao Brasil aconteceu em 1979.

A história do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (Abia) se confunde com a trajetória pessoal de Betinho, um de seus fundadores e principal articulador. A defesa do meio ambiente também esteve no centro de suas preocupações políticas. Em 1983 desempenhou papel decisivo na articulação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Como paladino da luta pela ética, Betinho liderou: em 1992 o Movimento pela Ética na Política, que culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello e na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Fica daí certeza de como faz falta o bom combate do "irmão do Henfil". FA



# O inusitado sucesso secular

■ Tárík de Souza

**N**este país desmemoriado, foi surpreendente a ressurreição da mítica Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935), a Chiquinha

Gonzaga, quase 55 anos após sua morte. A pioneira e pioneira maestrina, que arrepiou sua época pelo ousado comportamento social, sexual e musical, foi tema de minissérie da TV Globo, documentário no canal à cabo GNT, peça de teatro ("Ô abre alas", de Maria Adelaide Amaral), teve duas biografias nas paradas dos livros mais vendidos e ainda ganhou um punhado de releituras em disco. Tudo começou com a comemoração dos 150 anos de seu nascimento em 1997, mas a efeméride já dura três anos e ainda há projetos a sair, como o álbum duplo do selo curitibano Revivendo. A especiária, garimpada pelo pesquisador e dono do selo, Leon Barg, arrebanha em 40 faixas, originais da fase mecânica da gravadora seminal Casa Edison, registrados entre 1903 e 1914, mais inéditas da fase elétrica dos selos Victor (atual BMG) e Odeon (atual EMI). Além de intérpretes de sua obra como Gastão Formenti, Jaime Vogeler e Helena de Carvalho, há originais do próprio Grupo da Chiquinha Gonzaga, cujo piano suspeita-se que seja da própria maestrina.

Trabalho substantivo foi o da cantora Olivia Hime em "Serenata de uma mulher" (Kuarup). Das mais de 2.000 composições, além de 77 partituras para teatro de Chiquinha (uma das fundadoras da arrecadadora do setor, a SBAT), ela selecionou 11 músicas e pediu letras para contemporâneos. Aderiram ao projeto Joyce ("O poeta e a maestrina", "Perfume"), Paulo César Pinheiro ("Água do vintém", "Serenata de uma mulher"), Hermínio Bello de Carvalho ("Itararé"), Abel Silva ("Salão ao luar") e



Ana Terra ("Gênese"). A própria Olívia, que dueta com Chico Buarque em "O poeta e a maestrina", letrou "Um piano apaixonado" e "Não se impressione". Uma das pioneiras na releitura de Chiquinha, a pianista erudita Clara Sverner gravou dois LPs com músicas dela em 1980, no selo Angel, da EMI. Este ano, em etiqueta própria, Ergo, Clara registrou solo 20 temas no CD "Chiquinha Gonzaga por Clara Sverner". Entre eles, o clássico "Atrahente" (sic), cujo prelúdio melódico é lembrado (talvez inconscientemente) por "Tempo feliz", de Baden Powell, e peças mais obscuras (e curiosas) como "Viva ha Gracia", "Pehô-Pekim" e "Animatographo".

Também navegam nas águas da compositora deformação erudita que ajudou a sedimentar a MPB, através de composições como "Abre alas" (considerada o marco zero da canção carnavalesca), "Corta jaca" e "Lua branca", a pianista (também erudita) Maria Teresa Madeira e o violinista Marcus Vianna (conhecido pela trilha sonora da novela "Pantanal"). A dupla trabalhou na parte mu-

sical da minissérie da Globo. Em dois CDs lançados pelo selo Sonhos & Sons - um solo de Maria Teresa e um duo de piano e violino - eles recriam a atmosfera inaugural das influências européias dos salões de concerto, em conluio com ritmos de rua nacionais que gerou nossa rica musicalidade. Chiquinha, uma típica autora de transição documenta esses primórdios em sua obra extensa e variada. No solo de Maria Teresa, a musicografia de Chiquinha (que chegou a fundar uma gravadora) é enriquecida por quatro inéditas: "Sedutor", "Viva o carnaval", "Recitativo de Corte na roça" e "Dama de ouros". No CD do duo, há "Quadrilha", "Bijou" e "Fogo foguinho". Em maior atividade que muitos autores vivos, Chiquinha Gonzaga ressurgiu como um ícone do passado, capaz de iluminar trajetórias futuras da MPB cada vez mais exilada em seu próprio país.

■ Tárík de Souza,  
jornalista



# A musicalidade puro estilo e técnica

*Fenômeno oriundo de conceitos da Grécia Antiga, a música de coral abrange todos os*

**C**apacidade de combinar as vozes masculinas e femininas de modo agradável ao ouvido, estilo original, baluarte da harmonia musical moderna e centro por décadas da liturgia católica e protestante do período contemporâneo. Pluralidade pouca é bobagem no cenário da música de coral, cuja origem remonta a um conjunto de aspectos que, somados, iam ao encontro do ideal do antigo drama grego de Ésquilo, Sófocles e Eurípidas. O conjunto consistia em poesia, canto e dança.

O termo coral vem do grego khoros. Nas tragédias gregas, nas procissões cívicas e nas cerimônias religiosas, os figurantes acompanhavam a dança cantando sempre em coro. Séculos depois, o canto separou-se da dança e a palavra coral passou a designar apenas a melodia cantada em conjunto, com ou sem instrumentos. Os gregos da antiguidade tinham o hábito de cultivar a música como parte obrigatória da educação do povo.

Ainda que de forma diversa do modelo grego, o cristianismo da Idade Média exerceu

papel preponderante na disseminação do canto coral mundo afora. Sob a tutela da Igreja cristã, o termo passou a significar o grupo de comunidade que canta. Foi, porém, em meados do século XIII, tão logo surgiu a polifonia (sobreposição de várias melodias), que a música de coral atingiu o seu apogeu. No século XVI, com o advento do madrigal (composição galante do gênero profano), a música de coral libertou-se da influência monopolizadora da religião para se tornar, também, no cenário da arte dramática, intérprete das paixões humanas.

Seja como for, o certo é que a música coral abarca variados estilos e épocas: desde o canto gregoriano dos católicos-romanos e o canto congregacional dos protestantes, passando pela polifonia medieval e renascentista, até as riquezas e sutilezas do barroco, as sinfonias e sonatas clássicas, o estilo romântico do século XIX, a multiplicidade de sons da música folclórica dos diversos países e a produção rítmica

do nosso século: a MPB e a spiritual gospel.

**Vínculo** A música de coral no Brasil, nos primeiros séculos de colonização portuguesa, vinculava-se estreitamente à Igreja Católica e à catequese dos padres jesuítas. Foi imbuída do ethos europeu misturado com elementos africanos e contribuições indígenas. Com o passar do tempo, o canto coral brasileiro vem experimentando fases de evolução com características nacionais, regionais e locais. O nacionalismo na música produzida no Brasil ganhou ênfase a partir da década de 50 com Heitor Villas-Lobos,

que introduziu nas escolas o canto orfeônico (termo usado para coros formados por cantores não-profissionais).

Ainda hoje, não há exatamente um "boom" de música de coral no Brasil, embora seja evidente que esse estilo cresça de forma constante e sólida. Nada a ver com modismos.

A música de  
coral abarca  
todos os ritmos  
musicais  
FA

# em cnica

tipos de música conhecidos

O regente Marconi Araújo, da Associação Coro Feminino e Masculino de Brasília e do Coral da UnB, é da opinião que aos poucos o público brasileiro começa a descobrir um universo de nomes, conceitos, formas, estilos e técnicas de música de coral, com destaque para o Distrito Federal. Segundo ele, os nítidos sintomas desse crescimento são os diversos prêmios conquistados por corais brasilienses em mercados como o da Grécia, Espanha, Itália e República Tcheca.

Do ponto de vista conceitual, como definir a música de coral? Marconi Araújo esboça uma resposta: "O canto coral faz parte do processo de musicalidade da sociedade. É como se fosse uma porta, assumindo muitas vezes caráter social e democrático. Atinge desde o público leigo, como a dona de casa por exemplo, até o profissional mais especializado". No caso brasileiro, o regente do Coral da UnB diz que o compositor José Maurício Nunes Garcia, representante maior do barroco nacional, destacou-se na difusão da música coral.

**Tradição** Como produto da cultura ocidental, a música de coral adquiriu alguns traços fundamentais em contato com duas tradições distintas: a religiosa e a profana. É fato, aliás, que o canto coral é uma atividade que exige disciplina e espírito socializador por parte daqueles que a praticam. A união é a sua principal característica.

Hoje em dia, a formação de um coro pode ser feita com vozes iguais ou mistas. A mistura de vozes é o mais comum. Para a soprano do Coral da UnB Paula Capovilla, o ideal é que as vozes dos coralistas de um mesmo grupo sejam ou pelo menos pareçam iguais. Capovilla dá o seu recado: "O interessante em fazer música em conjunto é a oportunidade de partilhar sensações com pessoas diferentes".

Integrante do Coro Feminino de Brasília e com licenciatura em música pela UnB, a soprano Tristina Rossi considera imprescindível o apoio do público para os corais desenvolverem seus trabalhos com a qualidade necessária. Rossi explica que a disposição de vozes em um coral é muito importante para o equilíbrio do volume sonoro. A praxe, neste caso, é que se obedeça a mesma disposição dada aos naipes de orquestra: costuma-se colocar à esquerda do regente as vozes mais agudas e à direita, as mais graves.

**Encontro** Os empregados da Caixa se preparam para a nova edição do Encontro de Corais, que acontece em agosto, em Curitiba (PR). O encontro tem a presença de corais de diversos estados, que se reúnem periodicamente para divulgar essa manifestação musical na empresa. No último dia de apresentações, os participantes se encontram para fazer parte do Gran-Coral.





# A magia do

*Sinuca de sete, dez e quinze bolas, bilhar, bilhar francês e tantas outras modalidades*

**H**á 20 anos, faz parte da rotina do mineiro Sebastião Carvalho a santa sinuca de todas as tardes. Com 64 anos, ele não é o que se possa chamar de jogador precoce, mas joga como se conhecesse o jogo desde que nasceu.

Quando morava em Belo Horizonte, o estudo e o trabalho eram suas prioridades. Até que um dia viu seu irmão e seu primo jogarem. Aos 45 anos, foi amor à primeira vista - pela sinuca. Esse amor aumentou mais ainda quando descobriu que o jogo não era marginal como pensava, mas tinha origem nobre (leia matéria ao lado). "Como um jogo marginal pode ser tão bonito?", pergunta Carvalho.

As regras podem mudar a critério dos jogadores - assim como as modalidades do jogo -, mas o mineiro tem uma lei particular: nunca joga a dinheiro. "Tive um amigo que foi morto com três tiros por uma dívida de jogo", conta.

Além das regras, Carvalho tem seus segredos para jogar. "O fundamental é jogar na bola da vez colocando bem a branca para matar as demais em seqüência", entrega. O mineiro considera que as jogadas mais bonitas na sinuca são as de efeito, em que a bola branca faz "curvas" para driblar os obstáculos, ou seja, as demais bolas interpostas à bola da vez.

Sebastião Carvalho é típico representante de uma fase romântica e malandra do jogo, disputado em bares, clubes escuros, vendas de

interior. De um tempo em que a destreza tinha valor infinitamente maior que os regulamentos. Hoje, a sinuca assume a seriedade de esporte, mesmo que amador.

O presidente da CBBS (Confederação Brasileira de Bilhar e Sinuca), Flávio Luiz da Cunha, informa que o Brasil começa a adotar a regra internacional, utilizando mais bolas vermelhas. O padrão inglês é usado para as competições internacionais, nas quais os jogadores brasileiros não têm sorte pela falta de familiaridade com as regras. A CBBS está atenta à possível inclusão da sinuca - o internacional snooker - nos Jogos Olímpicos.

**Maiores** botânicos, aliás, os melhores jogadores de todos os



# o verde

*o jogo apaixonam aqueles que jogam no tapete de feltro*

tempos. O maior foi o primeiro grande campeão, Joe Davis, que ganhou o campeonato mundial por 15 vezes seguidas, de 1927 a 1946 - não houve disputa entre os anos de 41 e 45. Os príncipes do esporte têm, em comum, o fato de terem sido hexacampeões mundiais, um a cada década nos últimos 30 anos. Steve Davis, na década de 80, ganhou seus seis títulos mundiais. O escocês Stephen Hendry é o campeão da década de 90. Antes deles, em 1970, havia sido a vez de Ray Reardon, do País de Gales, ganhar seu hexacampeonato.

Apesar do desempenho insatisfatório nos mundiais, pela falta de familiaridade com as regras oficiais, os jogadores brasileiros protagonizam disputas acirradas em todas as edições dos torneios nacionais. No final de

novembro acontece o 12º Campeonato Brasileiro masculino e a primeira disputa no feminino, em versão reduzida. Os 48 jogadores que participarão do torneio masculino são escolhidos de acordo com o ranking nacional, elaborado a partir das disputas estaduais onde há federações organizadas. Têm vaga garantida o campeão e o vice do ano anterior, independentemente da colocação no ranking.

Antes disso, no dia 27 de julho, acontece a Segunda Copa Brasil, em Itajaí(SC), com participantes definidos apenas pelas federações regionais. A Copa Brasil e o Campeonato Brasileiro são excelentes oportunidades para que os amantes da sinuca acompanhem as jogadas impossíveis dos maiores mestres nacionais do taco. FA

## Da nobreza europeia para os bares de todo o mundo

Quem associa a sinuca à malandragem (no bom sentido) não imagina que o jogo deriva de disputas entre nobres europeus. Inglaterra, França, Espanha e Itália estão entre os países que reivindicam a origem dos jogos de bilhar.

Parente do bilhar francês, a sinuca foi inventada por oficiais ingleses na Índia, em 1875. Neville Chamberlain modificou a forma da mesa e o número de bolas do bilhar. Nascia o snooker.

Se a sinuca é militar, sua raiz, o bilhar, é nobre. Até a revolução francesa, em 1789, uma das principais diversões da nobreza era impulsionar bolas coloridas com hastes de madeira das mais variadas formas sobre campos gramados. O jogo conquistou o título de nobre quando a rainha Vitória foi presenteada com uma mesa, bolas e tacos, em 1845.

Também chamado de carambola, o bilhar francês é jogado com três bolas, sem caçapa. O objetivo do jogo é trançar as bolas até prendê-las num canto da mesa.

A sinuca, mais nova, é o jogo mais difundido. Além da bola branca, há bolas coloridas, com valores de um a sete. Pelo padrão internacional, pode haver também seis, 10 ou 15 bolas vermelhas na mesa, com valor unitário.

A famosa sinuquinha brasileira é jogada com no mínimo 10 bolas, de apenas duas cores diferentes, além da bola branca. É parente distante do pool, jogo de bilhar americano - que também se subdivide em várias formas. No Brasil, também é difundido o mata-mata, com 15 bolas numeradas, em que é preciso matar as maiores ou menores, as pares ou ímpares.

Tendo habilidade e controle sobre a bola branca, basta escolher a modalidade.





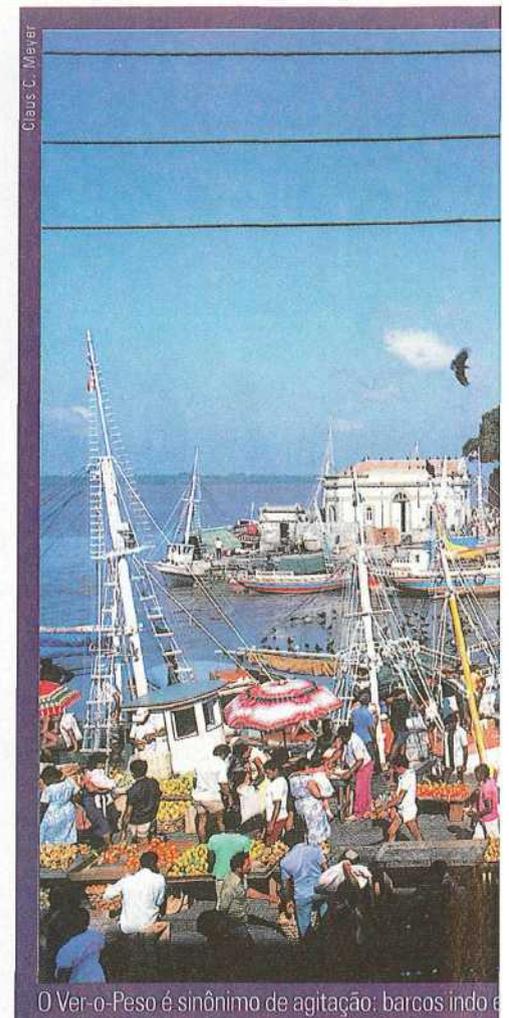
# A exótica capital da floresta

**D**ê asas à imaginação. Pratos típicos como o pato no tucupi, paisagens que combinam praias fluviais com pororoca (para os nativos, o encontro das águas do rio com o mar) e ruas arborizadas por manguezais e uma história cheia de peregrinações fazem de Belém, a capital do Pará, um roteiro turístico de tirar o fôlego dos que a visitam. A cidade possui mais de 1,5 milhão de habitantes e foi fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco.

Conhecida como a maior cidade do mundo na rota da linha do Equador, Belém é uma das portas de entrada para o mágico e exótico mundo da floresta amazônica. Só no Brasil, para quem não sabe, a área total dessa região silvestre soma mais de cinco milhões de quilômetros quadrados. As atrações oferecidas por Belém são para ser visitadas sem qualquer pressa. Reserve tempo de sobra para pro-

var o colorido, o cheiro e o sabor da culinária do mercado Ver-o-Peso (à beira da baía do Guajará), para admirar igrejas construídas quando a coroa portuguesa dava as ordens na região do Grão-Pará e para entender por que festas como o Círio de Nazaré, realizadas anualmente sempre em outubro, reúnem cerca de um milhão de romeiros.

O folclore é outra atração à parte da cidade de Belém. As opções são variadas. Há o carimbo e o retumbado, ao lado do lundu, do marambiré e do boi bum-bá. Todos esses bailados populares cantam histórias de índios, escravos negros, lendas sobre reis e rainhas, monstros, fadas e fantasmas em espetáculos de muita luz e cores. Como uma variante dessas manifestações populares, o artesanato paraense impressiona o turista por sua cor, decoração e variados dese-



O Ver-o-Peso é sinônimo de agitação: barcos indo e

nhos. Na Feira de Artesanato da praça Waldemar Henrique, em meio a um parque onde podem ser vistas algumas espécies da fauna e da flora da região, o visitante tem a oportunidade de adquirir artigos de fibra, ouriço, batata, couro, concha, raízes aromáticas etc.

O Museu Goeldi  
é uma das visitas  
obrigatórias  
em Belém

FA

**Volumes** Com 140 mil volumes de livros, muitos dos quais raríssimos, o museu Emílio Goeldi é parada obrigatória para quem visita Belém. Trata-se do mais importante e completo museu de história natural da Amazô-

nia, possuindo cerca de um milhão de fragmentos de cerâmica, plantas, exemplares de insetos, frutos, coleções de fósseis e rochas. O acervo do Emílio Goeldi é composto ainda de um parque zoológico, horto botânico e exposições permanentes sobre história natural e o homem amazô-

# Uma imensa variedade de cores, cheiros e sabores

Sem dúvida, a cidade de Belém é a uma síntese do que a região Norte pode oferecer de melhor. São muitas as peculiaridades. O mercado Ver-o-Peso é o símbolo da culinária do Pará. Ali o turista se abastece com frutas, peixes, temperos, verduras e farinhas.

A feira do Ver-o-Peso funciona diariamente desde o século XVII. O nome advém de um fato curioso: séculos atrás, durante o período colonial, o pagamento dos tributos era feito a base do peso. Hoje, sobre tabuleiros ornamentados em barracas ou em barcos de tipos e coloridos diferentes, o visitante encontra o "uirapuru" para amansar inimigo, ervas para atrair novos amores ou manter os atuais, dinheiro ou felicidade, além de patas, dentes, chifres, cobras e talismãs mágicos. Aliás, o Ver-o-Peso é tido como um verdadeiro mostruário da Amazônia, ao comercializar variados tipos de peixes de água doce, carne de vaca ou de búfalo, aves, frutas exóticas, legumes e artigos artesanais.

Afora as comidas típicas, outra curiosa atração da capital paraense são as chuvas vespertinas, torrenciais, que acontecem impreterivelmente dia após dia. São chuvas de gotas pesadas e que duram em geral cerca de dez minutos. Esse fenômeno, inclusive, já faz parte da cultura da população de Belém. Tanto que os compromissos dos que moram na cidade são marcados, muitas vezes, para antes ou depois das chuvas.

Anedota à parte, uma das melhores épocas para visitar Belém é entre junho e julho. Ao redor da cidade, pode-se contratar um barco para percorrer rios e igarapés. De uma coisa o turista pode ficar certo: o passeio é cheio de desafios e lugares aconchegantes. Basta para isso perder a pressa para melhor aproveitar.



do, fartura de frutas e comidas típicas, como o ovo de Tracajá, tudo regado ao som da viola paraense

nense, compreendendo arqueologia, etnologia, botânica, geologia, zoologia e informática. Localizado numa área de 45 mil metros quadrados, em pleno coração de Belém, o museu Emílio Goeldi pode ser visitado de domingo a sexta-feira (com exceção de segunda-feira), das 8h às 18h; sábado, das 8h às 13h. O pavilhão de exposições e o aquário estão permanentemente abertos, exceto às segundas-feiras. Sua fundação data de 1866, quando o naturalista Domingos Soares Ferreira Pena, liderando um grupo de intelectuais, coletou material para a instalação de um museu sobre a Amazônia.

De atração a atração, Belém do Pará respira turismo. O forte da cidade, neste caso, é o turismo religioso. De preferência, em outubro. Lá costuma-se dizer que ir a Roma e não ver o Papa é o mesmo que visitar Belém e não participar do Círio de Nazaré, uma das festas mais tradicionais do catolicismo no Brasil. Na ocasião uma multidão de mais de um milhão deromei-

ros, vindos de várias partes do mundo, se une em torno de um objetivo comum: a fé na Virgem Maria. Um fenômeno que se repete desde 1793. Conta a lenda que a devoção a Nossa Senhora de Nazaré remonta ao início da colonização portuguesa. Mas ganhou dimensão maior em Belém a partir do século XVIII, por intermédio do caboclo Plácido, que em sua própria residência organizou um oratório em louvor à Virgem.

Por todos os caminhos e recantos, Belém é predominantemente religiosa em outubro de cada ano. Sem dúvida, o Círio de Nazaré é o grande responsável por todo esse fervor. A condição para se participar da romaria é estar descalço e manter-se agarrado à berlinda, uma corda de isolamento que protege a imagem da santa e evita depredações. O trajeto é de aproximadamente cinco quilômetros. Assim, num jeito único de ser Brasil, Belém torna-se cada vez mais "a capital da Amazônia".

# Dedicação dos fiscais é única garantia de preservação



Meio Ambiente

# Parques a

Quando está de serviço, todo dia Marivaldo Santos Santana faz tudo sempre igual. Às oito horas, já está no carro da fiscalização fazendo a ronda pelo Parque Nacional de Brasília, unidade de conservação a poucos quilômetros do centro do poder. Marivaldo é um dos 60 funcionários do parque responsáveis pela fiscalização de um dos únicos parques nacionais urbanos do mundo.

Marivaldo presta atenção a pegadas e cercas destruídas. É assim que ele descobre se alguém entrou no parque durante a noite ou no dia anterior. Caso isso aconteça, é realizado um intenso trabalho de investigação. "Em média, emitimos de três a quatro autos de infração por ano, principalmente a pessoas que desconhecem os limites do parque", diz ele.

Os funcionários trabalham contra os dois principais problemas do parque: cães selvagens, que matam animais silvestres, e fogo, que atinge o Planalto Central na seca, principalmente entre maio e novembro. Como o fogo é uma ameaça freqüente, 10 famílias de funcionários moram na área do parque, para realizarem primeiras tarefas de combate. "O fogo dói muito. As espécies que a gente defende têm muito valor, podem representar a cura de doenças", diz Marivaldo.

Marivaldo entrou no Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) há oito anos, transferido do Ministério dos Transportes. "Cheguei aqui e me identifiquei com o trabalho", garante o fiscal ecológico. Depois desses anos todos, ele não consegue se imaginar fora dos limites do parque. "A natureza é deslumbrante, às vezes eu paro e fico observando. Todas as pessoas que começam a trabalhar aqui se sentem melhores", finaliza.

## As reservas biológicas e os parques florestais nacionais e

**L**onge da badalação do turismo, boa parte dos parques nacionais padece de problemas estruturais. Chapada Diamantina. (BA), Chapada dos Guimarães (MT), Fernando de Noronha (PE), Iguaçu (PR), Itatiaia (RJ e MG), Monte Pascoal (BA), Pantanal (MT), Sete Cidades (PI) e tantos outros sofrem com carência de pessoal, de recursos e de política governamental.

Um exemplo? Cada um dos 600 funcionários das 122 unidades de conservação nacionais realiza o trabalho de cinco pessoas. Explicasse: o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

- Renováveis) dispõe de 600 funcionários para essas unidades de conservação - parques nacionais, reservas biológicas e outras modalidades - mas a demanda mínima é de três mil profissionais.

O diretor do Departamento de Unidades de Conservação do Ibama, Gilberto Sales, reconhece as muitas limitações à fiscalização. Para suprir as deficiências, Sales informa que o poder público está partindo para parcerias com a co-

munidade ligada aos parques, com a iniciativa privada e com organizações não-governamentais. "Estamos evoluindo para convênios, extrativismo e outras estratégias, mas precisamos envolver primeiro a população", informa.

No entanto, a busca de parcerias não elimina a necessidade da presença do Estado. Ao deixar a iniciativa privada cuidar de serviços dentro dos parques, como hotéis, restaurantes, lojas, o Ibama não pretende suprir a falta de recursos, "mas sim fazer com que as áreas tenham seu papel cumprido junto à sociedade", de acordo com Sales. Ele frisa que o poder de polícia, ou seja, a fiscalização dos parques, é competência do Estado.

**Campanha** A falta de pessoal é apenas um dos fatores que motivou o WWF (sigla em inglês do Fundo Mundial para a Natureza) a lançar uma campanha para "tirar os parques do papel". A conta foi simples: os 88 parques nacionais criados antes de 1993 têm, somados, 16 milhões de hectares. Como são menos de 600 fun-

# abandonados

*30 largados à própria sorte pela falta de pessoal: apenas 600 fiscais para todo o país*

cionários, cada um deles é responsável por cuidar de nada menos que 270 quilômetros quadrados!

O WWF também identificou que 47 desses parques não foram regularizados nem demarcados, estão sem equipamentos, não são divulgados, visitados ou não servem à pesquisa científica. Segundo a ONG, "53,4% dos parques brasileiros são parques de papel, existem apenas nos decretos".

A ambientalista Sandra Oliveira Buarque, coordenadora de campanhas do WWF, alerta que as unidades de conservação, das quais os parques são o maior exemplo, existem para proteger a biodiversidade do país. E já começam mal. Além de todos os problemas, os parques brasileiros cobrem apenas 1,86% do território nacional, enquanto a média mundial é de 6%.

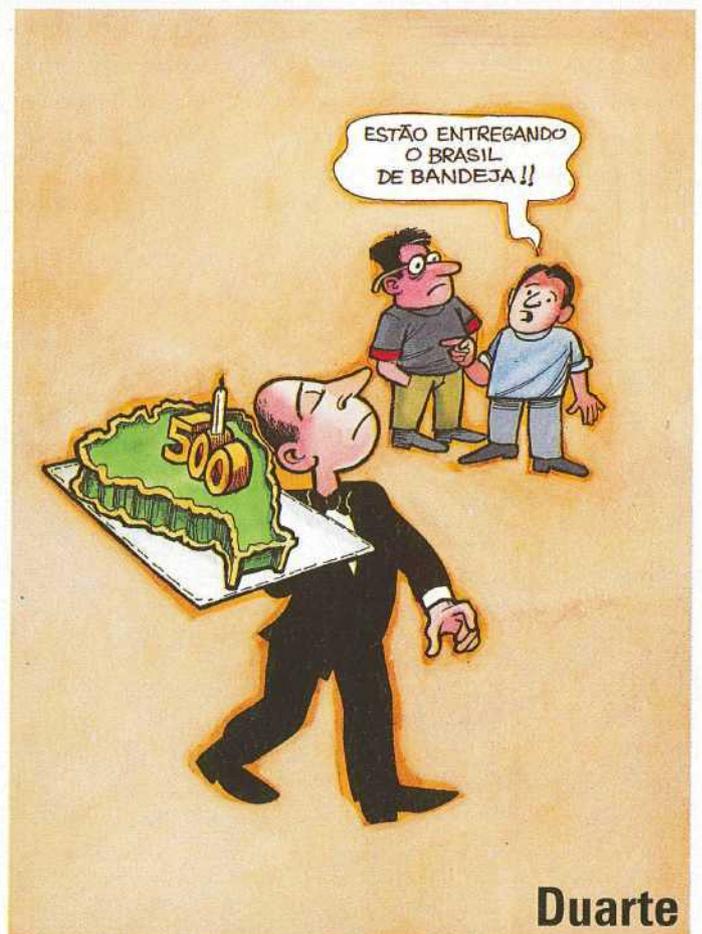
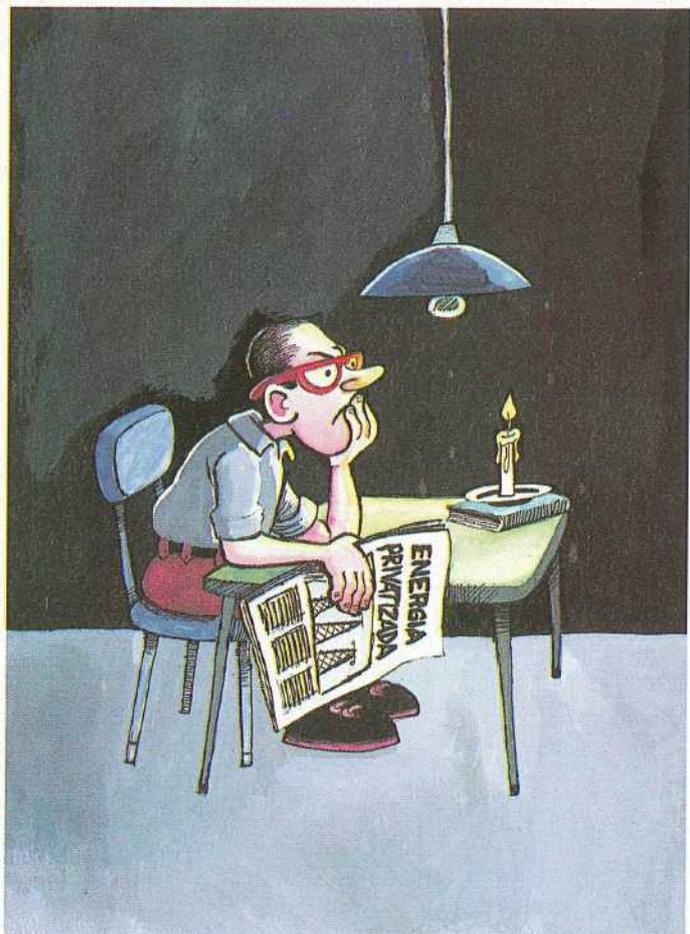
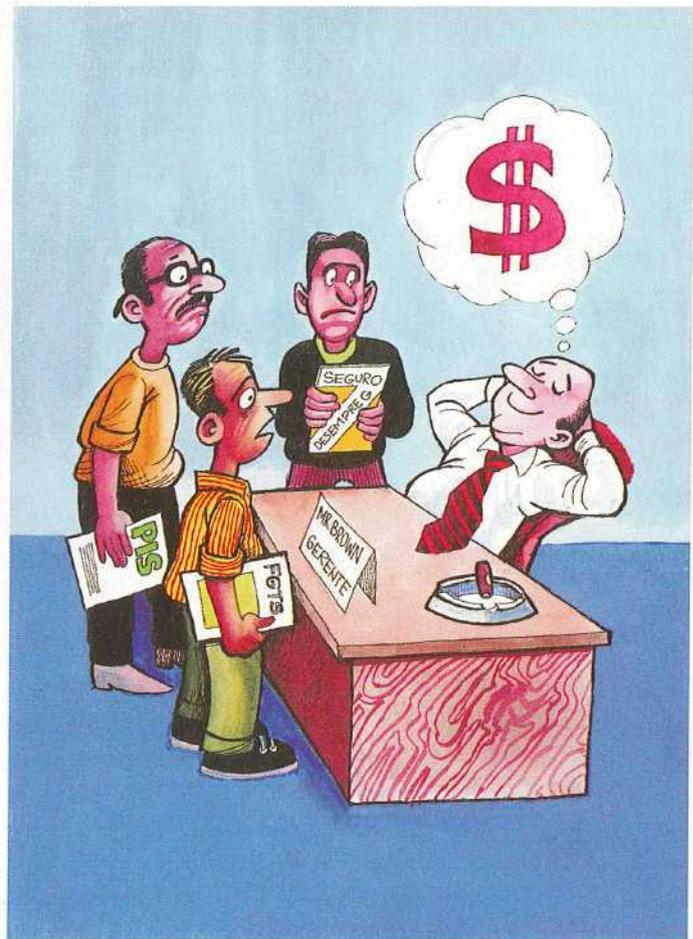
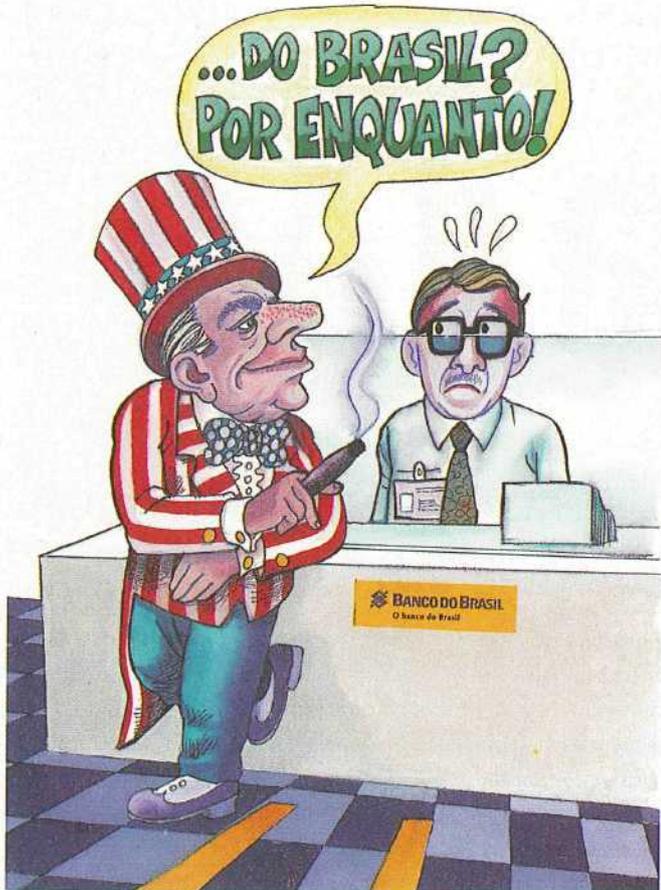
Para Sandra, "o governo acumula 30

anos de problemas sem solução na área, a sociedade não se conscientizou e a iniciativa privada também não se mobiliza".

O WWF, que tem experiência em manejo ambiental, acredita que os parques brasileiros têm todas as condições de cumprir seu papel. Hoje precários, os parques deixam de ter uso educativo, científico e turístico. De um lado, o parque mais visitado do Brasil, o Iguaçu (PR), recebeu 878 mil visitantes em 95, dez vezes menos que o americano Great Smoky Mountains. De outro, o Brasil possui 10% de todas as espécies de flora e fauna do mundo, um potencial inexplorado.

Num ponto todos concordam: para que a

conservação aconteça, tudo deve começar por uma legislação eficaz. Tramita no Congresso Nacional projeto que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A mestre em Geografia Regina Camargos, cuja tese foi sobre as reservas nacionais, lembra que o SNUC chegou à Câmara sob muita controvérsia. Apesar de estar muito desfigurado, o projeto permanece como o primeiro passo para que os parques brasileiros saiam do papel.



Duarte

GRANDES PARCEIROS  
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

**CAIXA**

**SASSE CAIXA**  
SEGUROS

**FENAE**  
SEGUROS

A FENAE Seguros tinha que mudar sua marca. Não dá para falar da FENAE sem falar da SASSE. Como não dá para falar da SASSE sem falar na CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos a FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus balcões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da garantia. Sempre oferecendo produtos novos, ágeis e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a identidade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.



**FENIA ETUR**

Sua viagem na melhor companhia

Chile

Foto: Afonso Costa

[fenaetur@fenae.org.br](mailto:fenaetur@fenae.org.br)

Belém (091) 224-2096 / Brasília (061) 321-4830 / Fortaleza (085) 261-7700 / Recife (081) 467-4444

DEMAIS LOCALIDADES CENTRAL RESERVAS BRASIL TOOL FAX: 0800 614060